



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

CLECIA DA SILVA MORAIS

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO
DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NA CIDADE DE BATURITÉ - CE ENTRE OS
ANOS DE 2004 A 2020**

REDENÇÃO – CE

2021

CLECIA DA SILVA MORAIS

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO
DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NA CIDADE DE BATURITÉ - CE ENTRE OS ANOS
DE 2004 A 2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares.

REDENÇÃO – CE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Morais, Clecia da Silva.

M828p

Programa Bolsa Família: Uma análise do perfil socioeconômico das famílias beneficiárias na cidade de Baturité - CE entre os anos de 2004 a 2020. / Clecia da Silva Moraes. - Redenção, 2021.
64f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral,
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares.

1. Cadastro Único. 2. Política pública. 3. Programa Bolsa
Família. I. Título

CE/UF/BSCA

ODD 830.908

TERMO DE APROVAÇÃO

CLECIA DA SILVA MORAIS

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NA CIDADE DE BATURITÉ - CE ENTRE OS ANOS DE 2004 A 2020

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em formato de monografia ao Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, julgada e aprovada aos 14 de abril de 2021, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública.

Data: 14/04/2021

Nota: 10,0

Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Rosalina Semedo de Andrade Tavares
Orientadora - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.



Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier
Membro - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB.



Prof.ª Dr.ª Andrea Yumi Sugishita Kanikadan
Membro - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

*A Deus pela vida, pela graça e por seu amor derramado sobre minha vida.
Ao meu pai (in memoriam) por realizar o seu grande sonho para mim.
A minha mãe por seu cuidado e dedicação sempre a favor dos meus estudos.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, sem Ele seria impossível para mim realizar e concluir esse trabalho. Foi Ele que me deu inspiração, saúde e determinação para alcançar esse objetivo e foi Ele que me sustentou, protegeu e cuidou de mim nesses seis anos na Universidade.

Ao meu pai, pois apesar do seu falecimento em 2011, consegui concluir um dos seus maiores sonhos para a minha vida que era a minha formatura, 10 anos após a sua partida, saudades.

A minha mãe, incansável na determinação em me ver concluindo os estudos, se levantando cedo pra fazer o meu café e por fazer tantos bolos e docinhos para custear os gastos que envolvem a Universidade.

Ao meu esposo, pelo seu amor e cuidado com a minha vida, pela forma que cuidou do nosso filho enquanto me dedicava à escrita deste trabalho.

Ao meu filho, por ser o combustível diário dos meus sonhos e projetos. Pelo sorriso mais lindo que conheço, por ser um pedaço do meu coração. Te amo.

Ao meu irmão, por sua gentileza e calma que afagam o meu coração.

A minha orientadora Rosalina Tavares por sua dedicação e incentivo para a realização deste trabalho.

A todos os meus familiares e amigos que de forma direta ou indireta torceram para que chegasse o momento de conclusão desta etapa na minha vida.

Enfim, agradeço a todos contribuíram nessa caminhada e agora ficam aqui registrados nessas páginas da minha vida. Muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) na cidade de Baturité – CE entre os anos de 2004 a 2020 através de dados disponíveis nas Plataformas governamentais do Ministério da Cidadania e da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). A problemática que envolve esta pesquisa se dá em que através do conhecimento do perfil socioeconômico e domiciliar das famílias cadastradas no “Cadastro Único”, bem como as inseridas no Programa Bolsa Família, seja possível compreender a realidade social vivenciada por estas famílias e perceber os avanços sociais alcançados ao longo dos anos, e os desafios a serem superados. A metodologia utilizada baseia-se em uma abordagem do tipo quantitativa, com o uso da pesquisa descritiva para a apreciação dos dados coletados e bibliográfica para a composição do arcabouço teórico que envolve a temática a ser trabalhada. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa assume a forma de estudo de caso, uma vez que procura conhecer com profundidade os assuntos pertinentes a temática de estudo, principalmente as vertentes pertinentes ao PBF. Os resultados obtidos mostram que a quantidade de famílias atendidas aumentou significativamente ao longo do período estudado, bem como os valores totais repassados e de recebimento do benefício médio. Quanto ao perfil socioeconômico na base de dados do “Cadastro Único” temos que as mulheres são o grupo com maior número de cadastros; a faixa etária de 7 a 15 anos é a mais registrada bem como a cor parda. A faixa de renda com maior número de cadastros é a classificada como extrema pobreza. Quanto aos anos de estudo, as mulheres são as que mais conseguem concluir os anos finais de estudo de acordo com a PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (2015) do Estado do Ceará. Quanto às condições do domicílio temos que entre as variáveis analisadas, existe um padrão de constância entre os dados correlacionados; há também padrões de evolução em relação ao acesso a serviços públicos, como água, iluminação, escoamento sanitário e lixo e melhorias quanto ao acesso de moradias não-precárias, sendo que a maioria dos domicílios é localizado na zona urbana da cidade. Conclui-se, portanto que fora possível alcançar os objetivos propostos e caracterizar o perfil socioeconômico e domiciliar das famílias beneficiárias do PBF na cidade de Baturité – CE.

Palavras Chave: Cadastro Único. Implementação. Famílias Beneficiárias. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The present work has as general objective to analyze the socioeconomic profile of the beneficiary families of the Bolsa Família Program (PBF) in the city of Baturité - CE between the years 2004 to 2020 through data available in the government platforms of the Ministry of Citizenship and the National Secretariat of Citizenship Income (Senarc). The problem surrounding this research is that through the knowledge of the socioeconomic and household profile of the families registered in the “Cadastro Único”, as well as those included in the Bolsa Família Program, it is possible to understand the social reality experienced by these families and perceive the advances achieved over the years, and the challenges to be overcome. The methodology used is based on a quantitative approach, with the use of descriptive research to assess the collected and bibliographic data for the composition of the theoretical framework that involves the theme to be worked on. As for the technical procedures, the research takes the form of a case study, since it seeks to know in depth the pertinent subjects to the study theme, mainly the aspects pertinent to the PBF. The results obtained show that the number of families served increased significantly over the period studied, as well as the total values transferred and the receipt of the average benefit. As for the socioeconomic profile in the “Cadastro Único” database, women are the group with the highest number of registrations; the age group of 7 to 15 years is the most registered as well as the brown color. The income bracket with the highest number of registrations is classified as extreme poverty. As for the years of study, women are the ones who are most able to complete the final years of study according to the PNAD - National Survey of Samples per Household (2015) in the State of Ceará. As for the conditions of the household, we have that among the variables analyzed, there is a pattern of constancy among the correlated data; there are also patterns of evolution in terms of access to public services, such as water, lighting, sanitation and waste, and improvements in access to non-precarious housing, with the majority of households located in the urban area of the city. We conclude, therefore, that it was possible to achieve the proposed objectives and to characterize the socioeconomic and household profile of the beneficiary families of the PBF in the city of Baturité - CE.

Keywords: “Cadastro Único”. Implementation. Beneficiary Families. Bolsa Família Program

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Total de Famílias Inscritas no Cadastro Único – Dezembro de 2020	32
Gráfico 2 – Distribuição dos Benefícios Básico e Variáveis do PBF em Baturité – CE (Nov/2020)	33
Gráfico 3 – Quantidade de Famílias Beneficiárias do PBF entre os anos de 2004 a 2020	34
Gráfico 4 – Valores Nominais (R\$) do Benefício Médio do PBF na cidade de Baturité entre os anos de 2004 a 2020	35
Gráfico 5 – Valor Total Repassado (R\$ Valores Nominais) entre os anos de 2004 a 2020...	36
Gráfico 6 – Quantidade de Pessoas Cadastradas por Sexo no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE	37
Gráfico 7 – Quantidade de Pessoas Cadastradas no Cadastro Único por Sexo – Set/2020	38
Gráfico 8 – Quantidade de Pessoas Cadastradas por Faixa Etária no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE	38
Gráfico 9 – Quantidade de Pessoas Cadastradas no Cadastro Único por Faixa Etária – Set/2020.....	39
Gráfico 10 – Quantidade de Pessoas Cadastradas por Raça/Cor no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE	40
Gráfico 11 - Quantidade de Pessoas Cadastradas por Raça/Cor no Cadastro Único – Set/2020.....	40
Gráfico 12 – Quantidade de Famílias Cadastradas por Faixa de Renda no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE.....	41
Gráfico 13 – Quantidade de Famílias Cadastradas por Faixa de Renda no Cadastro Único- Set/2020	41
Gráfico 14 – Anos de Estudo de Pessoas com 10 anos ou mais de idade por sexo no estado do Ceará – 2015	42
Gráfico 15 – Quantidade de Famílias Cadastradas por Situação do domicílio no S Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE	
Gráfico 16 - Quantidade de Famílias Cadastradas por Situação do domicílio – Set/2020	43
Gráfico 17 - Quantidade de Famílias Cadastradas por Tipo de Iluminação Elétrica do Domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE	44

Gráfico 18 - Quantidade de Famílias Cadastradas por tipo de iluminação elétrica do domicílio – Set/2020	44
Gráfico 19 - Quantidade de Famílias Cadastradas por forma de abastecimento de água do domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE.....	45
Gráfico 20 - Quantidade de Famílias Cadastradas por forma de Abastecimento de água do domicílio – Set/2020	45
Gráfico 21 - Quantidade de Famílias Cadastradas por tipo de escoamento sanitário do domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE.....	46
Gráfico 22 - Quantidade de Famílias Cadastradas por tipo de escoamento sanitário do domicílio – Set/2020	46
Gráfico 23 - Quantidade de Famílias Cadastradas por destino do lixo do domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE	47
Gráfico 24 - Quantidade de Famílias Cadastradas por destino do lixo do domicílio – Set/2020.....	48
Gráfico 25 - Quantidade de Famílias Cadastradas por tipo de material na construção das paredes do domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE.....	48
Gráfico 26 - Quantidade de Famílias Cadastradas por tipo de material na construção das paredes do domicílio – Set/2020	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de Pessoas Elegíveis para o recebimento do Auxílio Emergencial na cidade de Baturité – CE	51
Tabela 2 – Valor do Benefício Médio (R\$ Valores Nominais) no Ano de 2020	52
Tabela 3 – Valor Total Repassados (R\$ Valores Nominais) no Ano de 2020	52
Tabela 4 – Valores Totais Nominais (R\$) do Auxílio Emergencial na cidade de Baturité – CE – Abril a Agosto de 2020.....	53
Tabela 5 – Valores Totais Nominais (R\$) do Auxílio Emergencial na cidade de Baturité – CE – Setembro a Dezembro de 2020.....	53

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AE	Auxílio Emergencial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BF	Bolsa Família
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CBIA	Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
CE	Ceará
CEF	Caixa Econômica Federal
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
Covid-19	Coronavírus
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DF	Distrito Federal
FCP	Fundo de Combate à Pobreza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PBF	Programa Bolsa Família
PCFM	Plano de Combate à Fome e a Miséria
PCM	Programa de Combate à Miséria
PETI	Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPA	Plano Plurianual
Senarc	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TAAS	Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde
TAFE	Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	17
3	O TERMO POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CARACTERÍSTICAS	19
4	POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO	22
5	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO	25
5.1	BENEFÍCIO BÁSICO E VARIANTE: QUAIS AS MUDANÇAS DE ACORDO COM A RENDA E COMPOSIÇÃO FAMILIAR	27
5.2	CONDICIONALIDADES DO PBF: QUAIS AS EXIGÊNCIAS A SEREM CUMPRIDAS NAS ÁREAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO	29
5.3	AVANÇOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A SUPERANÇA DA POBREZA E EXTREMA POBREZA NO BRASIL	30
6	ANÁLISE DE DADOS – PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE BATURITÉ – CE	32
6.1	DADOS FINANCEIROS DO PBF ENTRE OS ANOS 2004 A 2020 EM BATURITÉ – CE	34
6.2	CARACTERÍSTICAS DO PERFIL SOCIAL E DOMICILIAR DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF EM BATURITÉ - CE	36
6.2.1	Classificação do Perfil Social e Domiciliar das Famílias Beneficiárias do PBF em Baturité – CE	37
6.2.2	Classificação das famílias beneficiárias do PBF quanto à situação domiciliar no município de Baturité – CE	42
7.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
7.1	RESULTADOS DOS DADOS FINANCEIROS DO PBF NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ – CE	50
7.2	RESULTADOS DAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E DOMICILIAR DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF EM BATURITÉ - CE	53
7.2.1	Resultado da Classificação do perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF em Baturité – CE	54
7.2.2	Resultado da Classificação das famílias beneficiárias do PBF quanto à situação domiciliar no município de Baturité – CE	55
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas sociais são compreendidas como um conjunto de ações governamentais que tem como principal objetivo a garantia de direitos constitucionais de cidadania plena. (GODINHO, 2011, p.4) Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 e a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, a assistência social no Brasil passou a ser caracterizada e fundamentada como direito constitucional do cidadão brasileiro, rompendo com as relações paternalistas e clientelistas a partir de relações de troca de favores. (LAJÚS, s/d, p.168-170)

Dentro desse contexto, o Governo Federal Brasileiro iniciou em meados dos anos 90, diversas ações de cunho social principalmente, através de programas de transferência de renda condicionada para a população em situação de maior vulnerabilidade social no país. De acordo com Vaitsman; Andrade; Farias, (2009, p. 735) “os primeiros programas de transferência condicionada de renda foram implementados no município de Campinas no Estado de São Paulo, e no Distrito Federal, ambos em 1995”.

A ampliação destas políticas se manifestam com maior amplitude a partir das diretrizes do Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003 ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, com a introdução de programas federais regidos por três diferentes ministérios: Bolsa Escola, do Ministério da Educação, Bolsa Alimentação do Ministério da Saúde e Auxílio-Gás, do Ministério de Minas e Energia. (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p.735-736)

A partir de 2003, no primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aconteceu o processo de unificação dos programas de transferência de renda federais, passando a compor o chamado Programa Bolsa Família (PBF). Essa unificação foi importante, pois foi o primeiro passo dado no processo de racionalização da gestão do Programa, permitindo dessa forma que sua cobertura chegasse a todo o território nacional; pouco tempo após, em julho de 2006, a meta de 100% das abaixo da linha de pobreza foram alcançadas, chegando a uma cobertura de 11,1 milhões de famílias beneficiárias. (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p.736-737)

O PBF possui três eixos de ação que são delimitados da seguinte maneira: a transferência de renda para o alívio imediato da pobreza; o cumprimento de condicionalidades preestabelecidas que reforçam o acesso a direitos fundamentais nas áreas da saúde, educação e assistência social; bem como promove articulações e ações com demais programas e setores

para estimular o desenvolvimento das famílias, superando a situação de vulnerabilidade social que as mesmas se encontram. (SOUZA; COUTO, 2015, p.43)

Levando em consideração todos os pontos até aqui elencados, o presente trabalho possui a seguinte temática - Programa Bolsa Família: Uma análise sobre o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias na cidade de Baturité – CE, entre os anos de 2004 a 2020. O objetivo geral deste estudo é analisar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF na cidade de Baturité – CE, no período acima citado, através dos dados disponibilizados nas Plataformas Governamentais de responsabilidade do Ministério da Cidadania (MC) e da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc).

Os objetivos específicos a serem alcançados neste estudo são: Conhecer um breve histórico a respeito de políticas públicas; compreender o processo de implementação de políticas sociais no Brasil; identificar o perfil social, econômico e domiciliar das pessoas vinculadas ao Cadastro Único, bem como as famílias ligadas ao PBF na cidade de Baturité; e por fim, compreender a relação criada recentemente do PBF com o Auxílio Emergencial do Governo Federal na tentativa de minimizar os impactos decorrentes da Pandemia de Covid-19 que teve início no Brasil no ano de 2020.

A problemática deste trabalho concentra-se no conhecimento do perfil socioeconômico e domiciliar das famílias cadastradas no “Cadastro Único”, bem como as inseridas no Programa Bolsa Família, através dos dados coletados nas plataformas governamentais para a compreensão da realidade social vivenciada por estas famílias e perceber os avanços sociais alcançados ao longo dos anos, e os desafios a serem superados. A hipótese levantada para a solução desta indagação propõe que existe uma grande possibilidade de se conhecer quem são as famílias/pessoas que foram alcançadas pelo Programa na cidade de Baturité – CE, e por sua vez identificar as principais mudanças no período estipulado pela pesquisa através dos dados coletados.

A pesquisa justifica-se através de sua relevância para a sociedade, uma vez que o Programa Bolsa Família é o maior programa de transferência em implementação no Brasil; (SILVA, 2010, p.159). Implementado desde 2003, têm alcançado as famílias brasileiras em todo o território nacional, principalmente as que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, garantindo uma renda mínima e acesso a direitos básicos, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas nele inseridas e no rompimento do ciclo da pobreza nas gerações futuras.

Este trabalho é composto por esta introdução, seguida da metodologia aplicada para a elaboração deste trabalho; posteriormente temos o referencial teórico que elenca as

fundamentações teóricas e os autores consultados com o objetivo de compreender a temática de pesquisa; em seguida são apresentados a análise de dados referente à coleta de dados realizada nas Plataformas Governamentais e na seção posterior são apresentados os resultados e discussões a respeito dos dados obtidos quanto ao perfil socioeconômico e domiciliar das famílias ligadas ao PBF. Por fim apresentam-se as considerações finais relacionando tudo que fora abordado durante a escrita deste trabalho e as referências utilizadas para a elaboração do mesmo.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesse trabalho utiliza-se de características pertinentes a abordagem quantitativa, uma vez que, este tipo de pesquisa centra-se na objetividade, recorrendo à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno e as relações entre as variáveis. (FONSECA, 2002, p.20 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.33). Quanto à natureza metodológica entende-se que este trabalho pode ser classificado como pesquisa básica, uma vez que este estudo gera conhecimento para o avanço da Ciência, no entanto não possui aplicação prática prevista e os interesses aqui expressos são de caráter universal. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.34)

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, faz-se o uso do tipo de pesquisa descritiva e bibliográfica, pois a pesquisa descritiva pode ser entendida como o tipo de pesquisa que exige do pesquisador uma série de dados coletados sobre o que se pretende estudar, descrevendo os fenômenos de determinada realidade. (TRIVIÑOS, 1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35) e a pesquisa bibliográfica é o tipo de pesquisa que se inicia através dos dados disponíveis decorrentes de pesquisas anteriormente realizadas por outros estudiosos, registradas em documentos impressos, como livros, artigos e teses (SEVERINO, 2007, p.122), bem como por meios escritos e eletrônicos [...] como sites e páginas da web. (FONSECA, 2002, p.32 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.37).

Quanto aos procedimentos técnicos, temos que este trabalho assume a forma de estudo de caso, uma vez que este método de pesquisa segundo Robert K. Yin (2010 apud ANDRADE et. al. 2017, p.2) investiga fenômenos atuais no contexto da vida real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto são pouco evidentes, atribuindo o objetivo de explorar, descrever e explicar com profundidade o fenômeno estudado. Robert. E. R. Stake (2007 apud ANDRADE et. al. 2017, p.2) por sua vez define esse procedimento como um sistema delimitado que pode ser compreendido de forma unitária ou global, concentrando a atenção nos aspectos mais relevantes da investigação, por tempo determinado, através de uma descrição densa.

Quanto ao percurso para a elaboração deste trabalho seguimos os seguintes caminhos: em janeiro de 2021, foram definidos a temática e título de pesquisa, bem como a definição do objetivo geral e específica a serem abordados; após esse procedimento foram definidos a problemática, hipótese e justificativa da pesquisa. No mês de fevereiro foi levantada a bibliografia para compor o arcabouço teórico pertinente para fundamentação da pesquisa, bem como o início dos fichamentos textuais dos mesmos. Foram consultadas

também as plataformas governamentais Vis Data, Relatório de Informações Sociais e a Aplicações Bolsa Família e Cadastro Único do seu município, que concentram os dados que precisaríamos para fundamentar os dados aqui apresentados. Em março iniciou-se a escrita do trabalho propriamente dita e o tratamento dos dados coletados, através da elaboração de tabelas e dos cálculos para a compreensão das variáveis. No mês de abril foi feita a conferência das informações e as pendências a serem formuladas no processo de finalização: como análise de dados, resultados e considerações finais, além da formatação segundo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Os sujeitos de pesquisa a serem analisados por este trabalho são as famílias e as pessoas que compõem o quadro familiar dos beneficiários na cidade de Baturité – CE. As informações coletadas sobre o perfil socioeconômico e domiciliar dos mesmos foi obtida através dos registros das bases de dados do Cadastro Único por meio digital, permitindo assim uma compreensão de quem são e como vivem essas famílias/pessoas vinculadas ao CadÚnico e ao PBF ao longo dos anos.

Ressaltamos que as informações contidas nesse trabalho foram adaptadas aos períodos que encontramos informações completas e precisas nas plataformas digitais do Governo. Em relação aos dados financeiros foi feita uma comparação entre os anos de 2004 a 2020, trazendo também informações sobre o Auxílio Emergencial que fora um assunto a mais a ser explorado nesta pesquisa por compreender beneficiários do PBF. Quanto às variáveis que compõem o perfil socioeconômico e domiciliar das famílias foi feita uma adaptação dos dados compreendidos entre os anos de 2013 a 2016 em comparação com os dados mais atuais contidos na base de dados referente ao mês de Setembro de 2020. Essa foi a solução encontrada para sanar a dificuldade da coleta de dados, trazendo assim um panorama da realidade social das famílias cadastradas no Cadastro Único, bem como o PBF.

3. O TERMO POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

O termo Políticas Públicas está demarcado nas mais diversas áreas do conhecimento e da sociedade; sua visibilidade aumentou significativamente devido a três fatores em evidência: o primeiro fator seria a adoção de políticas restritivas de gastos adotadas principalmente por países em desenvolvimento; o segundo fator se dá pela substituição de políticas keynesianas por políticas de restrição de gastos; e por fim o terceiro fator seria a formação de coalizões políticas no intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico e promoção da inclusão social; este por sua vez, está diretamente ligado aos países em desenvolvimento ou recém-democratizados, como é o caso dos países da América Latina. (SOUZA, 2006, p. 20-21).

De acordo com Souza (2006, p.23) a área de políticas públicas contou com quatro grandes ‘pais’ fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Esses autores foram de fundamental importância para o conhecimento e abrangência que temos hoje a respeito de Políticas Públicas. Laswell (1936 apud SOUZA, 2006, p. 23) foi o introdutor da expressão *policy analysis* (grifo do autor) nos anos 30; seu principal objetivo era conciliar conhecimento científico com produção empírica dos governos, ou seja, fazer uma interligação entre a comunidade científica e grupos de interesse e órgãos governamentais. Simon (1957 apud SOUZA, 2006, p. 23) por sua vez, dirigiu-se aos chamados *policy makers* (decisores públicos), no sentido de que os mesmos teriam a racionalidade limitada nas tomadas de decisão e que essa questão poderia ser minimizada através do conhecimento racional.

Lindblom (1959; 1979 apud SOUZA, 2006, p.24) questionou os posicionamentos de Laswell e Simon a respeito da racionalidade expressa em suas concepções acerca de políticas públicas e incorporou outros elementos a sua análise além da racionalidade como: as relações de poder, o processo decisório, o papel das eleições, da burocracia, dos partidos políticos e grupos de interesse. Por fim, Easton (1965 apud SOUZA, 2006, p.24) definiu o termo política pública como um sistema, ou seja, há uma interligação entre a formulação, os resultados e o ambiente, fazendo com que as políticas públicas recebam “entradas” de diversos setores da sociedade como: partidos políticos, mídia e grupos de interesse. Sendo estas entradas capazes de influenciar nos resultados e nos efeitos das políticas formuladas.

Na busca de uma definição mais adequada e pertinente para o termo Políticas Públicas, selecionamos algumas considerações de autores que clareiam o nosso entendimento sobre o tema. De acordo com Secchi (2010, p.1), o termo política pública está vinculado ao sentido da palavra política que se orienta para a tomada de decisão e ação, ou seja, trata de

todo o contexto que envolve o desenvolvimento de uma política desde seu conteúdo concreto ao simbólico, bem como de construção e atuação das decisões tomadas.

[...] uma política pública é uma ordenação à atividade ou à passividade de alguém; [...] uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2010, p.2)

Outras definições também nos auxiliam na melhor proposta na busca de conceituar esse termo. Peters (1986 apud SOUZA, 2006, p.24) define como soma das atividades do governo, sejam elas por meio direto ou de delegação que produzem efeitos na vida dos cidadãos; Dye (1984 apud SOUZA, 2006, p.24) sintetiza o termo com a seguinte frase: ‘o que o governo escolhe ou não fazer’. Na literatura sobre políticas públicas existem tantas outras definições que teóricos da área buscaram mensurar baseados em seus conhecimentos e metodologias, no entanto a definição conceitual mais conhecida continua sendo a de Laswell, pontuando que decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder a alguns questionamentos pertinentes: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Ainda de acordo com Secchi (2010, p.4) o problema público é a essência conceitual de políticas públicas, ou seja, as políticas públicas são formuladas e implementadas para a resolução de um problema categorizado como público, que afeta a sociedade como um todo, no entanto a iniciativa para a resolução deste problema pode ser realizada por agentes estatais e não-estatais. Souza (2006, p.26) afirma que após o desenho e a formulação de políticas públicas, as mesmas se tornam planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas e que após o processo de implementação, as mesmas são submetidas a acompanhamento contínuo e avaliação periódica.

Quanto às tipologias de políticas públicas, temos como principal teórico Theodor Lowi (1964; 1972, apud SOUZA, 2006, p.28), ele formulou sua teoria através da máxima: a política pública faz a política; em outras palavras o autor quis dizer que, dependendo do tipo de política pública a ser formulada, esta vai encontrar apoio ou rejeição nos mais diversos meios que precisa passar para ser implementada, tudo por questões políticas e de interesse. Lowi definiu políticas públicas através de quatro tipologias: Políticas distributivas, políticas regulatórias, políticas redistributivas e políticas constitutivas. (LOWI, 1964; 1972, apud SOUZA, 2006, p.28).

As políticas públicas distributivas seriam as que direcionam recursos da sociedade em geral e distribui para grupos específicos do meio social; as políticas regulatórias são aquelas que determinam padrões a serem obedecidos pela coletividade; as políticas redistributivas por sua vez, são aquelas que se baseiam na concessão de benefícios a uma parcela da específica da população, retirando também de grupos específicos da sociedade; por fim temos as políticas constitutivas, que são aquelas que moldam o funcionamento da vida em sociedade através de regras e regulamentos. (SECCHI, 2010 apud MUZZI, 2014, p.16)

4. POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO

A Assistência Social no Brasil até os anos 30 esteve diretamente ligada ao paternalismo, com caráter assistencialista, no intuito apenas de reproduzir a classe operária e garantir apoio da população ao governo. (LAJÚS, s/d, p.167). Silva (2010, p.157-158) complementa esse entendimento quando diz que a “política social no Brasil tem assumido uma perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas, servindo mais para regulação ou administração da pobreza num dado patamar”.

Após a concepção das primeiras ações e legislações de mudança desse caráter paternal, o Estado passa a reconhecer a questão social no Brasil. Ao fim do Estado Novo, inicia-se o processo de elaboração de leis sociais por parte do Congresso Nacional; todavia essas políticas não tinham como objetivo fundamental a assistência social, elas objetivavam atingir um maior crescimento econômico do país em detrimento das necessidades reais da classe trabalhadora. Apenas as questões sociais consideradas urgentes eram atendidas, não havendo assim maiores mudanças na essência da assistência social até o momento. (LAJÚS, s/d, p.167).

A partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil no ano de 1988, foi que avanços significativos na área social puderam ser contemplados, passando a Assistência Social a ser tratada uma política pública, integrante da Seguridade Social, juntamente com as áreas de saúde e educação. Desde então a área social avançou significativamente no Brasil e após um expressivo, importante e contínuo movimento social pela regulamentação da Assistência Social, foi aprovada a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, conhecida como LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social – essa Lei é o instrumento principal sobre a organização da Assistência Social no Brasil. (LAJÚS, s/d, p.168).

Seus objetivos estão ligados à proteção da família, da infância, da adolescência, da velhice, da profissionalização, da garantia a uma renda mínima a idosos e pessoas portadoras de alguma deficiência física ou intelectual, que comprovem não possuir meios de subsistência. A LOAS também regula as ações no combate a superação da pobreza, garantias de mínimos sociais, bem como ações em momentos de contingência e integração das políticas públicas. (LAJÚS, s/d, p.169).

A assistência social teve seu apogeu de transformações marcantes e importantes nos anos 90. No início as questões sociais ainda eram totalmente concentradas e focalizadas no então Ministério de Bem-Estar Social que era organizado pela Legião Brasileira de

Assistência (LBA) e pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) – posteriormente os dois órgãos foram extintos sob a justificativa de indícios de corrupção e clientelismo. (SILVA, 2010, p.158).

Cabe ainda destacar a criação do Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), ambos fundados no ano de 1993, na gestão do então Presidente Itamar Franco (1993-1994); o PCFM tinha como principal objetivo o enfrentamento da fome, da pobreza e da indigência; já o Consea era um órgão vinculado estritamente à Presidência da República com caráter consultivo, composto por nove ministérios e 21 representantes da sociedade civil. Ambos foram interrompidos, para dar lugar à criação do Programa Comunidade Solidária, no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1995 a 1998. (SILVA 2010, p.158 apud SILVA 2001; VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p. 734-735)

Em 1996, o Governo Federal cria o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI), tendo como principal objetivo retirar crianças e adolescentes de qualquer forma de trabalho precoce, em conjunto com as condicionalidades de transferência de renda aos envolvidos no Programa, bem como ampliação da jornada de estudos e atividades pertencentes à Escola. (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p.735). Em 1999, o Programa Comunidade Solidária fora substituído pelo Programa Comunidade Ativa; essa substituição se deve ao fato de que o Programa teve uma eficácia limitada no enfrentamento à pobreza no Brasil. (SILVA, 2010, p.158)

Nos anos 2000 inicia-se um novo ciclo dentro das políticas de assistência social, marcados principalmente pelas diretrizes traçadas no Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003 e na introdução de Programas de Transferência de renda federais. Os primeiros programas nesse modelo foram criados em 2001, no final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso por três ministérios diferentes: o Programa Bolsa Escola era de responsabilidade do Ministério da Educação; o Bolsa Alimentação era comandado pelo Ministério da Saúde e o Auxílio-Gás fazia parte do Ministério de Minas e Energia. O Bolsa Escola foi o programa com maior alcance no país e já no ano seguinte a sua promulgação tinha alcançado mais de 5 milhões de famílias. (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p.735-736).

Em 2001, foram criados o Fundo de Combate à Pobreza (FCP) e o Programa de Combate à Miséria (PCM) - ambos foram criados no intuito de minimizar a pobreza no país, no entanto a principal missão do FCP era financiar Programas de transferência de renda ligados a educação e ao saneamento básico, que foram áreas consideradas de maior impacto

sobre a pobreza e o PCM atuava diretamente nos bolsões de miséria nas Regiões Norte e Nordeste – consideradas as regiões mais pobres do país – e depois fora estendido a outros estados e municípios do País com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) inferior a 0,500. (SILVA, 2010, p.159 apud SILVA et. al. 2007).

Com grandes e importantes avanços, a Assistência Social no Brasil alavancou muitos patamares entre os anos 90 e início dos anos 2000. No ano de 2003, no início do mandato presidencial do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, já no seu discurso de posse, o mesmo se comprometeu a combater a pobreza e a fome no Brasil, sendo sua principal estratégia governamental o Programa Fome Zero. O Programa Bolsa Família (PBF) surgiu no final do mesmo ano (2003), e é considerado o maior programa de transferência de renda no Brasil com gestão descentralizada em todos os municípios brasileiros. O PBF tem como estrutura fundamental a transferência de renda condicionada a ações complementares em outras áreas, com destaque para a educação, saúde e trabalho. (SILVA, 2010, p. 159)

Os movimentos permanentes de ações políticas após a promulgação da LOAS continuaram com o principal objetivo de se consolidar a política nacional para a Assistência Social no país; esse resultado veio uma década depois da implementação da LOAS, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2003 através da IV Conferência Nacional de Assistência Social e com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 – com a definição de dois níveis de proteção: a básica e a especial. A PNAS é de fundamental importância na regulação da assistência social, garantindo que as ações e serviços prestados a população não sejam confundidos por assistencialismo e filantropia caracterizando-os como direitos sócio-assistenciais (LAJÚS, s/d, p. 170; VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p.737-738).

Portanto podemos finalizar essa seção com a observação de Godinho (2011, p.7-8), enfatizando as ações, programas e serviços estruturantes da Assistência Social e que geraram um impacto extremamente positivo na diminuição das desigualdades de renda do país através da transferência de renda a população: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e especificamente o Programa Bolsa Família (PBF). Outros fatores apontados também pela autora se dão em cima das medidas adotadas no campo da economia, tais como, estabilização da moeda, aumento gradativo do salário mínimo e aumento do poder de compra.

5. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Como vimos na seção anterior, as políticas sociais no Brasil muito avançaram na década de 90 passando esses avanços para os anos 2000, onde alcançaram maior desempenho, com destaque para a incorporação dos Programas de transferência de renda. O Programa Bolsa Família é um desses programas e tem grande responsabilidade na melhoria dos índices de superação da pobreza e de desigualdade no nosso País. Para Barros et. al. (2007 apud VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p. 738) apontam que entre os anos de 2001 a 2006 houve uma expressiva queda no Coeficiente de Gini, equivalente a 3,45 pontos, terminando o período em 0,56 pontos, reduzindo bastante os índices caso se mantivesse a constância nos resultados. Soares et.al. (2006 apud VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p. 738), estima que somente no ano de 2004 o BPC e o Bolsa Família (BF) foram os responsáveis pela redução de 28% de queda no Coeficiente de Gini em relação ao ano de 1995, sendo que a parcela de contribuição do BPC nessa redução é no valor de 7% e o BF responsável por 21% dessa redução.

O Bolsa Família é um Programa criado pelo Governo Federal em outubro de 2003, previsto na Lei Federal Nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto Nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, dentre outras normas. O seu regulamento é de responsabilidade do Ministério da Cidadania e a Caixa Econômica Federal (CEF) é o órgão federativo responsável pela realização dos pagamentos aos beneficiários do Programa. (Ministério da Cidadania - MC/ Senarc, 2021).

O BF está estruturado a partir de três eixos fundamentais. O primeiro eixo é o Complemento de Renda, onde todos os meses as famílias contempladas recebem uma transferência de dinheiro em espécie, sacado através de cartão magnético bancário enviado as famílias contempladas, com a finalidade de aliviar a pobreza de forma imediata. O segundo eixo trata-se do Acesso a Direitos, ou seja, para fazer parte do Programa e se manter no mesmo, as famílias beneficiárias se comprometem em cumprir com algumas condicionalidades exigidas pelo PBF, reforçando assim o acesso a educação, saúde e assistência social das pessoas inscritas no Programa. Por fim, o terceiro e último está a Articulação com outras ações, nesse o principal objetivo é que a geração futura da família possa romper com o ciclo de reprodução da pobreza através da integração e articulação do BF com outras políticas públicas. (MC / Senarc, 2021).

Sobre as condicionalidades exigidas pelo Programa e a relação com as transferências de renda repassadas pelo Governo às famílias beneficiárias, Souza; Couto (2015) escrevem:

O PBF, de modo geral, vem apresentando bons resultados no sentido de diminuir a condição de pobreza das famílias mais vulneráveis, à medida que concede renda. Mas como contrapartida exige o cumprimento de condicionalidades no âmbito da saúde e da educação. O programa visa ainda garantir a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos. Sendo assim, o programa vai além da mera distribuição de renda. (p.41)

A Gestão do PBF é feita de forma descentralizada, ou seja, União, estados, Distrito Federal (DF) e municípios possuem papéis distintos e importantes na execução do Programa. Os municípios e o DF são os responsáveis pelo cadastro da população que se enquadra no perfil do Programa; para se cadastrar a família e/ou responsável familiar deve procurar a secretaria, setor ou Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de sua cidade, munido dos documentos e comprovações necessárias e inscrever-se no chamado Cadastro Único. Ressalta-se que a inscrição no Cadastro Único não garante que a família seja contemplada pelo BF, a seleção é feita por um sistema informatizado, sem manipulação de outrem nesse processo, utilizando como base apenas as informações repassadas no ato da inscrição. (MC / Senarc, 2021).

A dinâmica do Programa se dá pelo foco no atendimento as famílias, ou seja, todos os meses são avaliados quais as famílias permanecem no PBF e quais as que serão desvinculadas de acordo com as prerrogativas de enquadramento e foco nos eixos de pobreza e extrema pobreza. Por isso, periodicamente as famílias precisam atualizar seu cadastro para que o Programa se mantenha atualizado e focalizado em seus objetivos. A não atualização do cadastro, bem como a melhoria na renda familiar são os dois maiores motivos pelos quais as famílias saem do Programa. O descumprimento das condicionalidades exigidas na área da educação e saúde também se torna motivo para a desvinculação, todavia isso só acontece em casos extremos, já que o objetivo do mesmo é que as famílias possam cumprir com as condicionalidades exigidas para que haja o rompimento do ciclo da pobreza. (MC / Senarc, 2021).

Outra possibilidade de desvinculação do Programa se dá quando a própria família pede o desligamento voluntário do Programa; nesse caso a mesma deve procurar o setor de cadastro do seu município e solicitar a desvinculação por conta própria; para essa particularidade está previsto que a família poderá voltar a receber o benefício num prazo de

até 36 meses, caso ainda se enquadre no perfil do Programa, sem ter que passar pelo processo seletivo novamente. (MC / Senarc, 2021).

Segundo SOUZA; COUTO (2015, p.52) o PBF dá preferência para a concessão do benefício ao público feminino, ou seja, as mulheres são o grupo majoritário de recebimento do PBF em relação ao público masculino. De acordo com os dados apresentados pelas autoras, somente no ano de 2013, cerca de 93% das casas brasileiras eram chefiadas por mulheres. Camargo et.al. (2013, p.171 apud SOUZA; COUTO, 2015, p.52) afirmam ainda que, conforme o Censo 2010 a população brasileira é composta por 51% de mulheres, e esse índice é verificado com maior incidência nos lares das famílias com perfil de pobreza e extrema pobreza em comparação com a população em geral.

5.1 BENEFÍCIO BÁSICO E VARIANTE: QUAIS AS MUDANÇAS DE ACORDO COM A RENDA E COMPOSIÇÃO FAMILIAR?

O PBF como já foi dito anteriormente é um Programa de transferência de renda concedido às famílias que se enquadram no perfil socioeconômico de pobreza ou extrema pobreza. O Governo utilizou como critério para a identificação dessas famílias o parâmetro da composição de renda por pessoa, caracterizando assim a realidade financeira das famílias que se inscrevem junto ao programa. Para tanto a identificação ocorre da seguinte forma:

- (a). Famílias com renda familiar de até R\$ 89,00 por pessoa;
- (b). Famílias com renda familiar entre R\$ 89,01 a R\$ 178,00 por pessoa, desde que possuam crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos entre seus componentes.

(MC / Senarc, 2021)

Para a realização desses pagamentos é necessária uma avaliação situacional para cada família no ato do cadastro e nas posteriores atualizações. O benefício principal é o chamado **Benefício Básico**, este é concedido às famílias consideradas extremamente pobres, que apresentam renda de até R\$ 89,00 por pessoa na sua composição familiar. Os demais benefícios relativos ao Programa são distribuídos conforme as especificidades apresentadas pela família e são tidos como **Benefícios Variáveis**. (MC / Senarc, 2021).

O Benefício Variável vinculado à criança ou ao adolescente de 0 a 15 anos consiste no recebimento do valor de R\$ 41,00 (por cada criança e/ou adolescente) para famílias com renda de até R\$ 178,00 por pessoa; para tanto é necessário que a frequência

escolar do aluno esteja em conformidade com o exigido pelo Programa, conforme explicaremos na próxima seção. *O Benefício Variável a Gestante* também é concedido às famílias que tenham renda por pessoa até R\$ 178,00; são pagas nove parcelas de R\$ 41,00 mensais a família, no entanto para o recebimento deste acréscimo é necessário que a informação sobre a gestação seja vinculada à área de saúde local e posteriormente expressa no Sistema Bolsa Família na Saúde. *O Benefício Variável à Nutriz* por sua vez, é outra possibilidade do PBF, onde famílias com renda até R\$ 178,00 por pessoa também tem direito de receber R\$ 41,00 por crianças de 0 a 6 meses, que estejam cadastradas no Programa, no intuito de fortalecer a alimentação do bebê, mesmo que este não more com a mãe. (MC / Senarc, 2021).

O Governo ainda concede mais dois tipos de Benefícios Variáveis: o benefício vinculado ao adolescente e o benefício de superação da extrema pobreza. O primeiro é concedido a famílias que possuam adolescentes entre 16 e 17 anos de idade e que tenham frequência adequada na escola; o segundo é concedido às famílias que apesar de receberem outros tipos de benefício do Programa não superam o limite mínimo de renda de R\$ 89,00. Este benefício é calculado levando em consideração a particularidade de cada família sendo sua meta principal garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 89,00 de renda por pessoa. Por fim, os mecanismos de Revisão e Averiguação Cadastral são fundamentais para que o PBF possa manter-se focalizado no atendimento das famílias brasileiras que mais necessitam de proteção social. (MC / Senarc, 2021).

Para que as famílias recebam o benefício é emitido um Cartão Magnético em nome do responsável familiar onde todos os meses de acordo com o Calendário do Programa os beneficiários podem sacar seu benefício nas agências, caixas eletrônicas e comércios credenciados pela Caixa Econômica Federal, identificados com a marca “Caixa Aqui”. Ainda existe a possibilidade de abertura de conta-corrente simplificada denominada Conta CAIXA Fácil, para que esses beneficiários tenham acesso a rede bancária. Todavia no ato do saque se o beneficiário não possuir cartão, poderá ser realizado o pagamento através de uma guia de pagamento avulsa nas Agências da CAIXA, basta que o beneficiário comprove identificação através de documentos oficial como carteira de identidade, carteira de motorista ou carteira de trabalho. (MC/Senarc, 2021)

5.2 CONDICIONALIDADES DO PBF: QUAIS AS EXIGÊNCIAS A SEREM CUMPRIDAS NAS ÁREAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO?

No que tange as condicionalidades do PBF, as exigências nas áreas de saúde e educação são imprescindíveis para a manutenção da concessão do benefício e melhoria no ciclo de pobreza da família participante. Na área da educação as famílias ficam responsáveis por matricular e manter a frequência de 85% das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 75% dos jovens de 16 a 17 anos. Por ventura o aluno precise se ausentar da sala de aula é importante que o responsável familiar informe a escola o motivo pelo qual o aluno não está em sala de aula; a justificativa pode se enquadrar dentro dos 88 motivos previstos pelo Programa. (MC / Senarc, 2021).

Na área da saúde por sua vez, o acompanhamento é feito através da vacinação de crianças de 0 a 7 anos de idade e pesagem, assim as mesmas são acompanhadas nas fases de crescimento e desenvolvimento. Da mesma forma, as gestantes também devem ser atendidas em consultas nas Unidades Básicas de Saúde durante todo o período gestacional através das consultas de pré-natal. (MC / Senarc, 2021).

O cumprimento dessas prerrogativas do Programa se dá para que se possam identificar os serviços de saúde e educação que a população em situação de pobreza e extrema pobreza têm acesso; quais as vulnerabilidades e dificuldades encontradas para a integração das mesmas; encaminhar a família para junto da rede de assistência social, afim de que ela supere as condições de vulnerabilidade e cumpra com os compromissos do Programa; e por fim, contribuir para que crianças e adolescentes tenham um desenvolvimento saudável, concluam a educação básica e tenham condições de vencer o ciclo da pobreza. (MC / Senarc, 2021).

Ressalta-se, todavia que o não cumprimento das condicionalidades do Programa demonstra muito mais que as famílias estão precisando de ajuda da Assistência Social e atenção por parte do Poder Público, já que é de responsabilidade do mesmo ofertar serviços públicos com qualidade e eficiência, do que mesmo desinteresse em cumprir as exigências demandadas pelo Programa para a concessão do benefício; por isso o cancelamento do mesmo só se dá em casos extremos, depois de solicitações para averiguação da situação familiar e bloqueio temporário da transferência de renda, pois como já falamos anteriormente, o principal objetivo do PBF é a superação da pobreza em todos os níveis em que ela se apresenta. (MC / Senarc, 2021).

5.3 AVANÇOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA E EXTREMA POBREZA NO BRASIL

A pobreza em qualquer lugar do mundo pode ser compreendida como privação ou ausência das necessidades básicas, ou seja, o indivíduo ou a família em si, não conseguem ter recursos e nem acesso suficiente a renda para a sua própria subsistência, que impedem muitas vezes de até adquirir a própria alimentação – condição essencial para a sobrevivência; outros tipos de privação também são características do perfil de pobreza, tais como: privação de condições materiais e acesso mínimo as políticas públicas nas áreas de saúde, educação, saneamento e habitação. (GODINHO, 2011, p. 2)

No Brasil, segundo Silva (2010, p. 156) a pobreza evidencia um amplo campo para a intervenção de políticas públicas de focalização social, uma vez que, deve haver uma articulação com outras diretrizes macroeconômicas, para que estas possam garantir um crescimento econômico sustentado, geração de emprego, elevação da renda proveniente do trabalho e principalmente a partir da redistribuição de renda no País, já que o Brasil apresenta altos índices de concentração de renda entre as camadas da população que o constitui.

O PBF surgiu da soma de diversos programas sociais de distribuição de renda que foram criados ao longo das décadas de 90 e 2000 como destacamos anteriormente, o principal intuito dessas iniciativas era alcançar famílias em todo o território nacional em situação de pobreza e extrema pobreza; esse resultado foi alcançado em um curto período de tempo, no mês de julho de 2006, quando o Programa já havia atingido a meta de 100% das famílias abaixo da linha de pobreza estabelecida como diretriz do Programa, totalizando assim, 11 milhões de domicílios atendidos por esta política pública. (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009, p.737)

O dispêndio total do programa não chega ao valor de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, e se considerado os resultados do Programa, percebemos que estes resultados foram alcançados muito rapidamente tanto nos aspectos de redução da pobreza, quanto nos aspectos referentes à desigualdade de renda. Segundo estudos realizados em relação ao ano de 2004, as transferências de renda foram capazes de reduzir significativamente a proporção de pobres do País, embora os indicadores utilizados não forem os ideais para a mensuração destes resultados. (SOARES, 2006 apud ROCHA, 2011, p.114)

No período que compreende os anos de 2002 a 2012 o PBF foi responsável pela diminuição de 28% dos índices de extrema pobreza no País e teve resultado positivo quanto à distribuição de renda, haja vista a renda dos mais pobres cresceu em torno de 120%, enquanto

a renda dos mais ricos cresceu apenas 26%, fato esse que contribuiu para a queda registrada no índice de Gini. (NERI; VAZ; SOUZA, 2013 apud SOUZA; COUTO, 2015, p. 44)

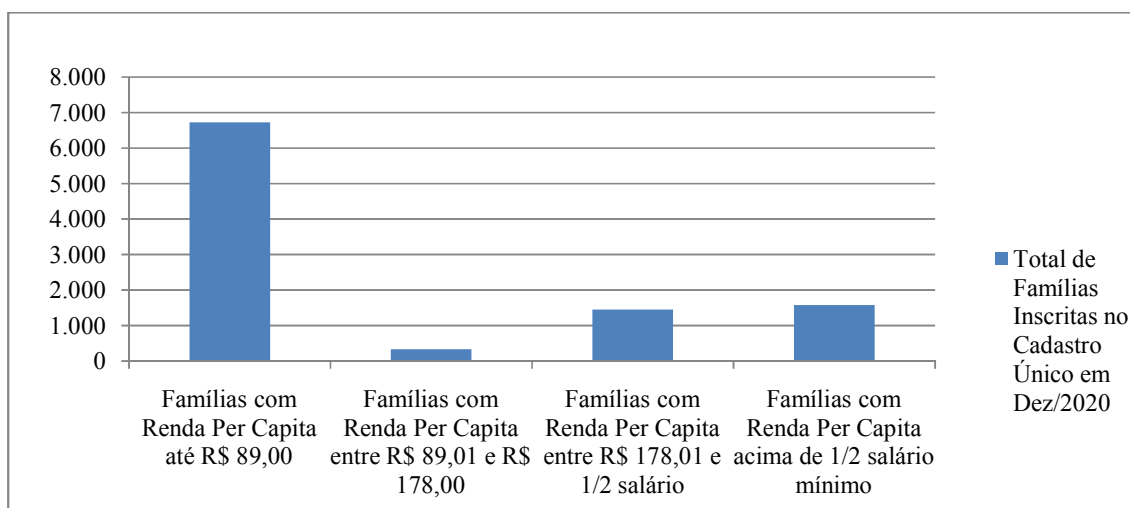
A focalização do PBF é considerada satisfatória haja vista 80% da renda do BF ser direcionada a famílias abaixo da linha de pobreza e ser responsável pela queda de 21% do Coeficiente de Gini no período de 1995 a 2004, todavia essa queda se deve principalmente pelo resultado da desconcentração dos rendimentos do trabalho no período. (SOARES et. al. 2006; SOARES 2006 apud CASTRO et. al. 2009, p.347).

Esses resultados aqui apresentados nos mostram que o Programa tem conseguido resultados satisfatórios ao longo dos anos desde a sua promulgação e podem ser considerados avanços significativos para a superação da pobreza e extrema pobreza. Segundo uma pesquisa de opinião pública realizada por Castro et. al. (2009, p.350-351) o PBF adquiriu junto à sociedade brasileira um grande nível de conhecimento e apoio a sua existência, principalmente nos aspectos relativos ao combate a pobreza, manutenção da criança na escola e redução do trabalho infantil; de comum acordo, grande parte dos entrevistados concorda que o Programa tem apresentado efeitos e resultados satisfatórios e positivos.

6. ANÁLISE DE DADOS - PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE BATURITÉ – CE

O município de Baturité está localizado no interior do estado do Ceará na região conhecida como Maciço de Baturité e possui uma população estimada para o ano de 2020 no total de 35.941 habitantes, sendo classificado como um município de Pequeno Porte II, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Com relação aos dados relativos à participação da população do município em programas sociais do Governo Federal, o Ministério da Cidadania (MC, 2021) calcula que no mês de *Dezembro de 2020*: **10.088** famílias possuíam cadastro efetuado no Sistema Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) no município, das quais: 6.731 famílias foram classificadas em situação de extrema pobreza; 333 em situação de pobreza; 1.450 em situação de baixa renda e 1.574 famílias com renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Total de Famílias Inscritas no Cadastro Único – Dezembro de 2020

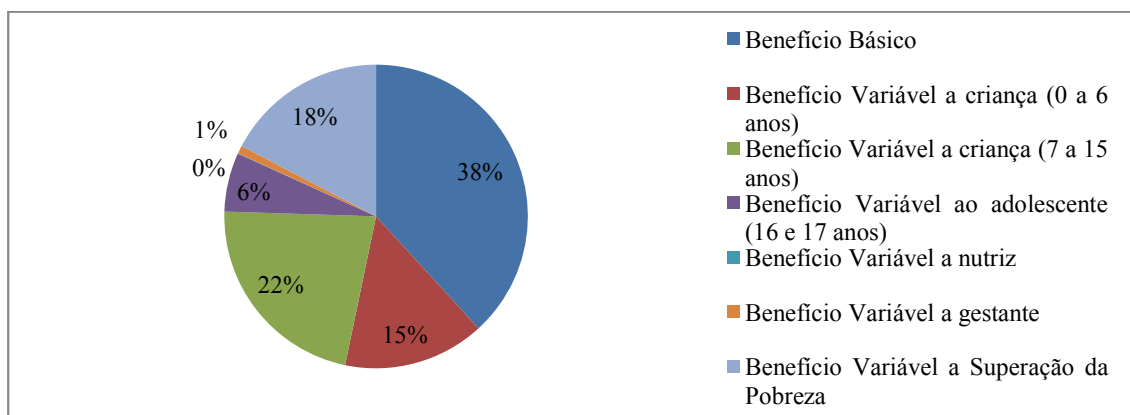


Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

No mês de fevereiro de 2021, os dados do MC mostram que **6.195** famílias do município são beneficiárias do PBF, totalizando um percentual de **38,79%** de cobertura do PBF na cidade. O valor do benefício para cada família beneficiária no município é em torno de R\$ 172,99 mensais, sendo que a soma total desses repasses somente no mês de fevereiro de 2021 totalizou o valor de R\$ 1.071.691,00. Em relação à distribuição dos benefícios do PBF entre benefício básico e variável tendo como referência o mês de novembro de 2020 temos que a quantidade de benefícios repassados foram: 6.206 receberam o benefício básico; 2.451

receberam o benefício variável a criança de 0 a 6 anos e 3.610 receberam o benefício variável a criança entre 7 a 15 anos de idade. 1.023 são contempladas com o benefício variável ao adolescente; 2 receberam o benefício variável a nutriz; 141 receberam o benefício destinado as gestantes e 2.812 receberam o benefício de superação da extrema pobreza, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Distribuição dos Benefícios Básico e Variáveis do PBF em Baturité - CE (Nov/2020)



Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

Ainda com base nos dados do mês de fevereiro de 2021, o número de *pessoas* beneficiárias do PBF no município é de aproximadamente 47% em relação à população total e que 82,2% dos responsáveis familiares inscritos no PBF são do sexo feminino, confirmando que as mulheres são o público-alvo do Programa, como já apontamos anteriormente. (MC / Senarc, 2021). Quanto à cobertura de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, **5.984** famílias do município sem o PBF estariam dentro dessa classificação na cidade e ainda segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2020) confirmam que a cobertura do Programa no município é de **140%** em relação às famílias pobres, demonstrando focalização da gestão quanto à cobertura das famílias com maiores necessidades. (MC / Senarc, 2021).

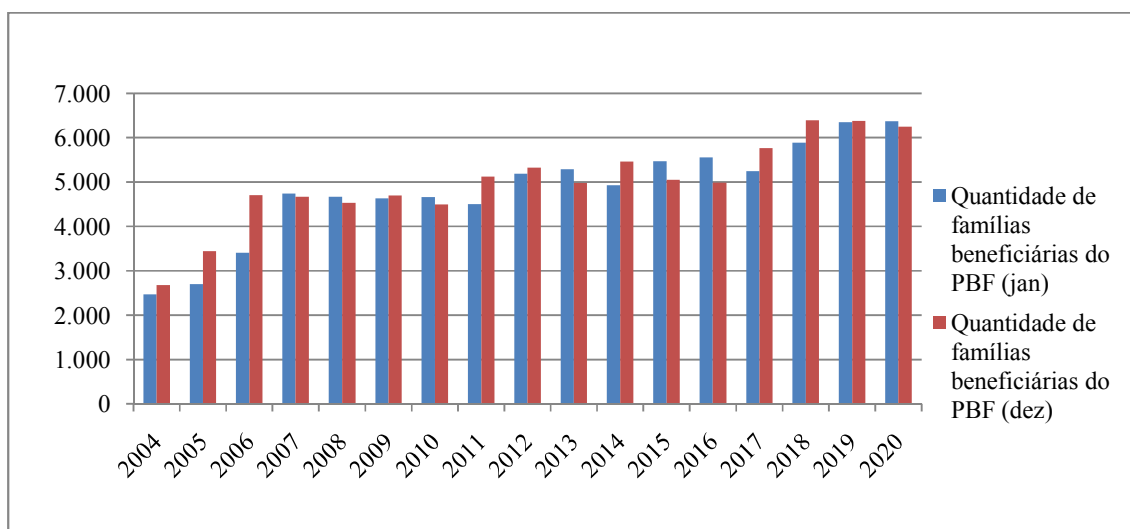
Em relação às condicionalidades estabelecidas para a participação no Programa, o município de apresentou no período entre outubro e novembro de 2019 (dados mais recentes), um total de **4.728** crianças e adolescentes com perfil de educação no município, sendo que desse total, **4.521** são acompanhadas pela gestão do Programa. A taxa de acompanhamento de frequência escolar (TAFE) é de 95,62%, sendo que a TAFE Nacional é de 93,07%, ou seja, a frequência escolar das crianças e adolescentes na cidade está acima da média nacional. (MC / Senarc, 2021).

Já em relação às condicionalidades no perfil de saúde dos beneficiários, no segundo semestre de 2019, o município apresentou um total de **10.639** pessoas dentro deste perfil de acompanhamento de condicionalidades, sendo que **9.070** são acompanhados pela gestão do Programa. A taxa de acompanhamento de agenda de saúde (TAAS) é de 85,25%, enquanto que a TAAS Nacional é de 79,71%, demonstrando mais uma vez que o município está acima da média nacional nos requisitos de condicionalidades do PBF em relação à educação e saúde. (MC / Senarc, 2021)

6.1 DADOS FINANCEIROS DO PBF ENTRE OS ANOS DE 2004 A 2020 EM BATURITÉ – CE

Nesta seção nos dedicaremos a apresentar a evolução histórica dos dados coletados para esta pesquisa em relação aos dados financeiros, alcance de famílias e especificidades atendidas pelo PBF desde o ano de 2004 a 2020. No gráfico 3 são apresentados os dados relativos ao período de janeiro de 2004 a dezembro 2020, ilustrando se houve aumento ou diminuição das quantidades de famílias beneficiárias atendidas pelo PBF no município.

Gráfico 3 – Quantidade de Famílias Beneficiárias do PBF entre os anos de 2004 a 2020

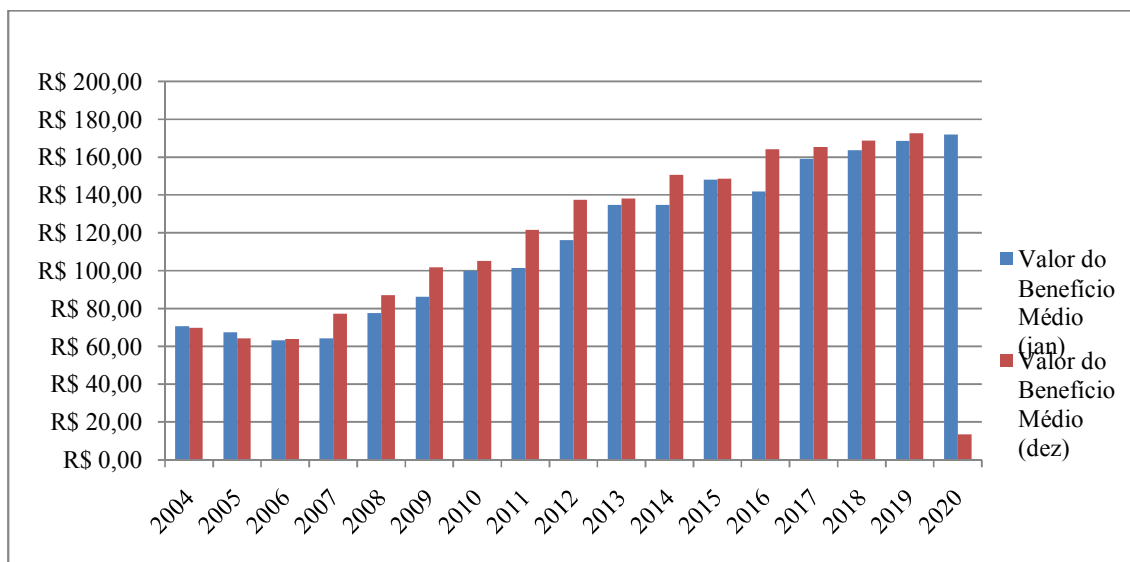


Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

Quanto ao valor do benefício, podemos analisar de acordo com o gráfico abaixo que no início do ano de 2004 o valor do pagamento era em média de R\$ 70,00; todavia esse valor gradativamente fora aumentando, chegando em 2020 ao valor médio de R\$ 172,99 por família beneficiária no município. O gráfico também mostra as diferenças relativas aos

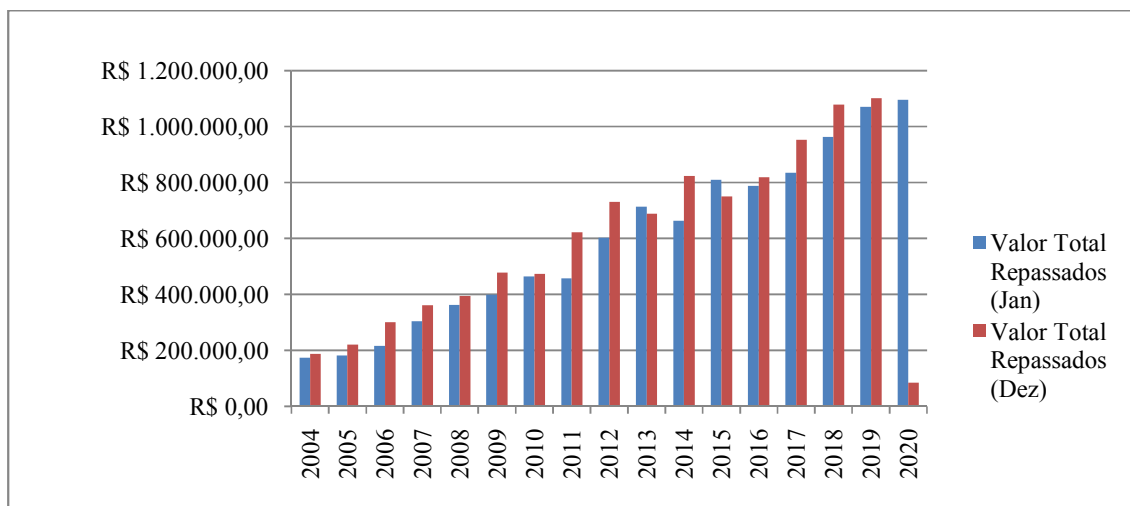
repasses entre os meses de janeiro e dezembro de cada ano, compreendido no período de 2004 a 2020 e a abrupta queda do valor do benefício, no final do ano de 2020.

Gráfico 4 – Valores Nominais (R\$) do Benefício Médio do PBF na cidade de Baturité entre os anos de 2004 a 2020



Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

Já a soma dos valores totais repassados ao município para as famílias beneficiárias do PBF no período estipulado pela pesquisa mostra um aumento crescente e gradual desde janeiro de 2004 a janeiro de 2020. No mês de janeiro de 2004 o valor total dos repasses foi no valor de R\$ 174.650,00 e finalizou o mesmo ano com o valor do repasse em R\$ 187.117,00; representando um aumento de 7,14% para o ano em questão. O ano de 2020, por sua vez, iniciou com o valor de repasse no mês de janeiro de R\$ 1.096.091,00 e finalizou em dezembro de 2020 com o valor de R\$ 84.801,00. Estes dados expressam uma queda de repasse em torno de 92,26%, todavia essa queda foi ocasionada pela implementação do Auxílio Emergencial no ano de 2020, que abrangeu os beneficiários do Programa Bolsa Família, com o intuito de proteção social dos mesmos; esse assunto será tratado na seção de Resultados e Discussão deste trabalho. O gráfico 5 demonstra as informações acima citadas.

Gráfico 5 – Valor Total Repassado (R\$ Valores Nominais) entre os anos de 2004 a 2020

Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

6.2 CARACTERÍSTICAS DO PERFIL SOCIAL E DOMICILIAR DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF EM BATURITÉ – CE

Para compreender as vertentes relativas ao perfil dos beneficiários do PBF na cidade de Baturité, utilizaremos como fonte de dados, os registros disponibilizados pelo Ministério da Cidadania e da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc) nas plataformas digitais do Governo Federal – Vis Data, Aplicações Cadastro Único e Bolsa Família do seu município e Relatório de Informações Sociais.

O perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF no município de Baturité será apresentado através de dois tipos de classificações: Perfil socioeconômico – onde serão analisados as variáveis: sexo, faixa etária, raça/cor, faixa de renda e escolaridade dos beneficiários; e a Situação do domicílio destas famílias, tais como: localização do domicílio; acesso a iluminação, água, esgoto e coleta de lixo e material que compõe a construção das paredes da residência dos beneficiários.

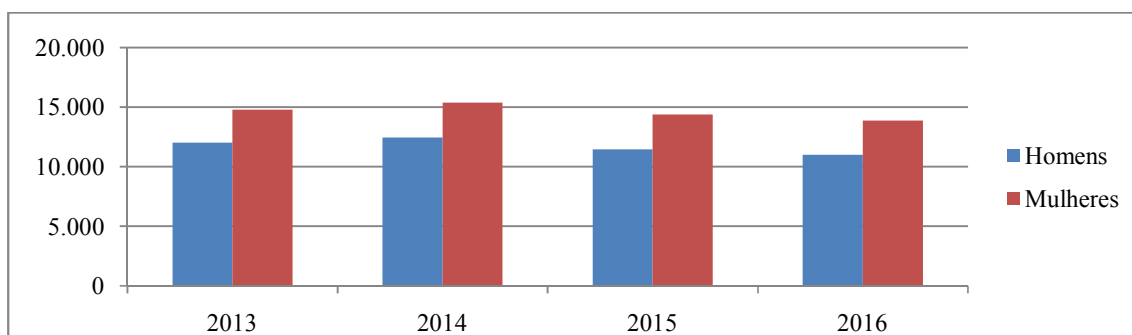
Essas informações são de suma importância para o estudo, haja vista essas variáveis serem essenciais para o dimensionamento do perfil básico dos beneficiários do Bolsa Família no município, além de demonstrarem as condições do domicílio e a relação com outras políticas públicas, no que concerne a saúde, infraestrutura e saneamento básico.

6.2.1 – Classificação do perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF em Baturité – CE

Para se dimensionar o perfil dos beneficiários do PBF utilizaremos algumas variáveis que nos permitem traçar um perfil básico destas pessoas no município de Baturité – CE; os dados coletados são referentes aos anos de 2013 a 2016, encontrados na base de dados na Plataforma Vis Data e nas Aplicações Bolsa Família e Cadastro Único do seu município. Traremos também como forma de complementar a pesquisa, os dados mais atuais disponíveis com relação às mesmas variáveis, tendo como referência o mês de Setembro de 2020.

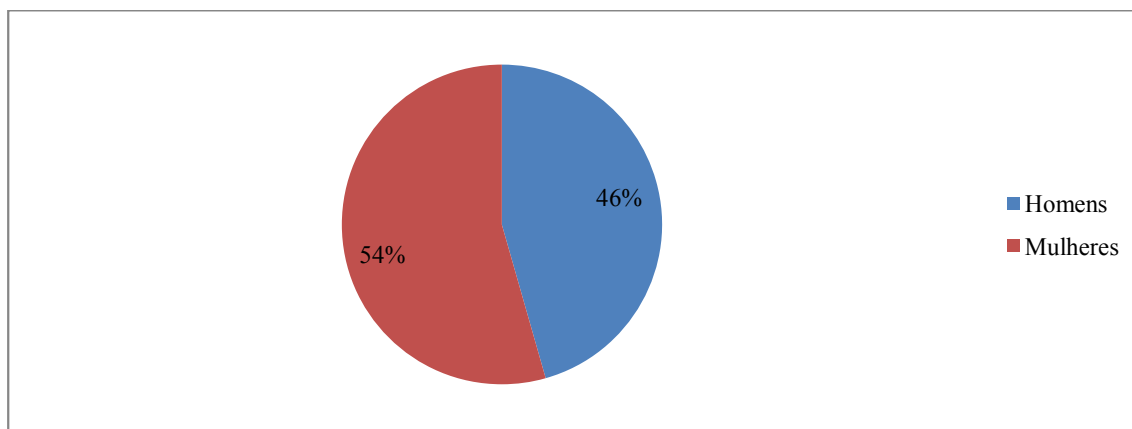
Em relação ao sexo das pessoas beneficiárias no município de Baturité – CE entre os anos de 2013 a 2016, as mulheres são o grupo com maior número de cadastros efetuados no Sistema CadÚnico, e posteriormente o grupo majoritário no recebimento do PBF, como ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 6 - Quantidade de Pessoas Cadastradas por Sexo no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité - CE



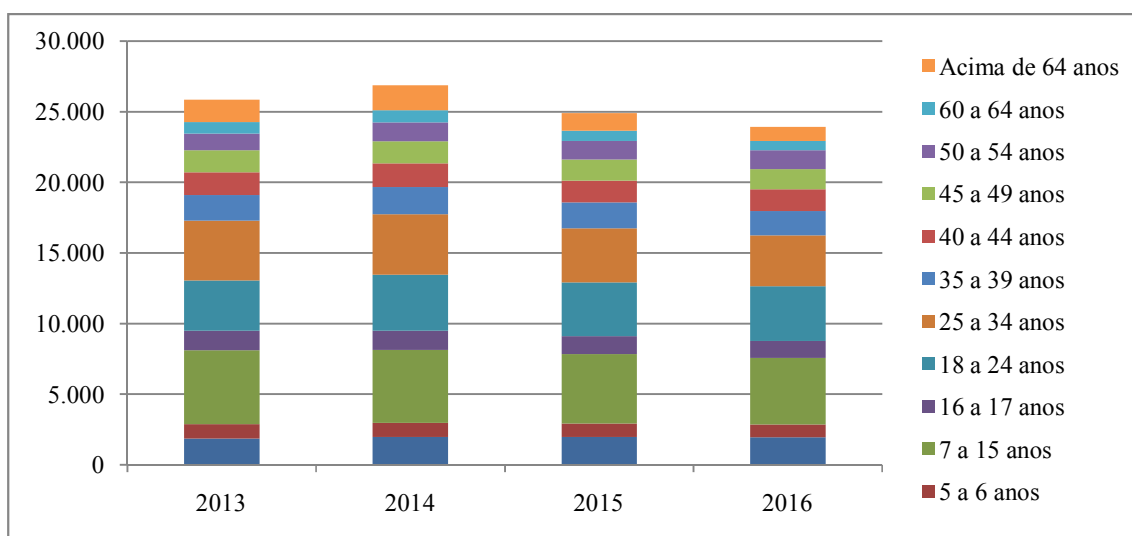
Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

O gráfico 7 por sua vez, reforça os dados acima apresentados quando ao sexo dos beneficiários, demonstrando que no mês de Setembro de 2020, 54% dos cadastros na base de dados do CadÚnico são de pessoas do sexo feminino, em detrimento de 46% de cadastro de pessoas do sexo masculino para o mesmo período, como mostra a figura abaixo.

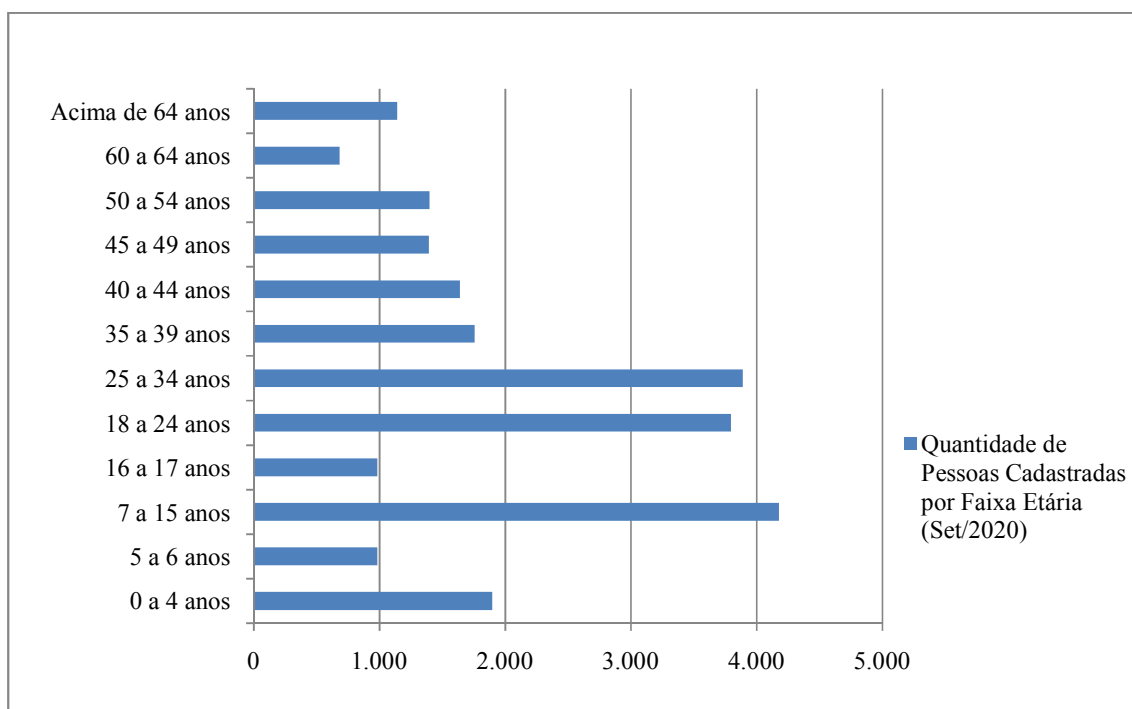
Gráfico 7 – Quantidade de pessoas cadastradas no Cadastro Único por Sexo – Set/2020

Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

Os dados em relação à faixa etária dos beneficiários no município mostram que as pessoas cadastradas na base de dados do CadÚnico compreendem as idades de 0 a 64 anos de idade, subdividindo-as em 12 grupos etários. De acordo com o **gráfico 8**, entre os anos de 2013 a 2016 os grupos etários com maior número de pessoas cadastradas concentram-se nas faixas etárias compreendidas entre as idades de 7 a 15 anos e com menor efetivação de cadastros no CadÚnico compreendem as faixas etárias de 60 a 64 anos de idade. Posteriormente essa informação se reforça no **gráfico 9**, que trata dos mesmos dados, mas tendo como referência o mês de Setembro de 2020.

Gráfico 8 - Quantidade de Pessoas Cadastradas por Faixa Etária no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE

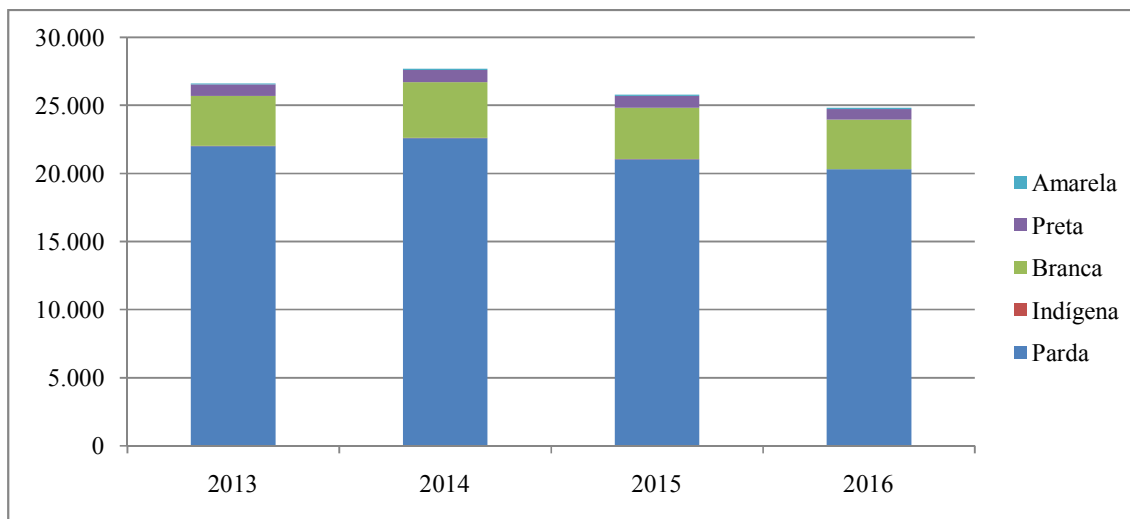
Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

Gráfico 9 – Quantidade de Pessoas Cadastradas no Cadastro Único por Faixa Etária – Set/2020

Fonte: Ministério da Cidadania MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

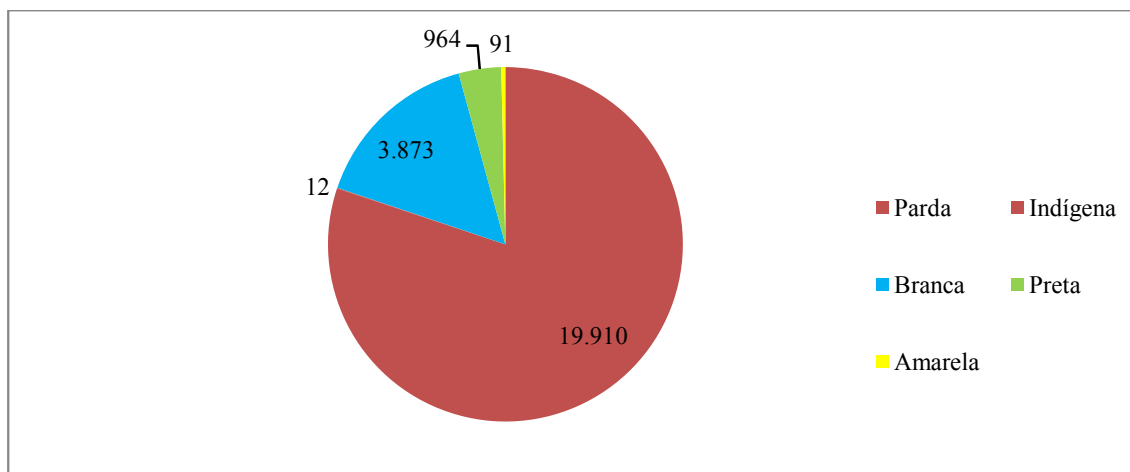
Quanto à variável raça ou cor, o CadÚnico prevê cinco tipos de denominação de cor ou raça para a identificação do beneficiário. Nos anos de 2013 a 2016 a quantidade de pessoas cadastradas por raça ou cor no município mostra que a cor **Parda** é a de maior expressividade no número de cadastros na base de dados do sistema e a raça **Indígena** é a raça menos citada pelos cadastrados. No período de Setembro de 2020, esses dados se reforçam, pois mostram que 19.910 pessoas cadastradas que se autodeclaram pardas enquanto que apenas 12 pessoas se autodenominam indígenas, como mostram os gráficos 10 e 11 a seguir.

Gráfico 10 - Quantidade de Pessoas Cadastradas por Raça/Cor no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité - CE



Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

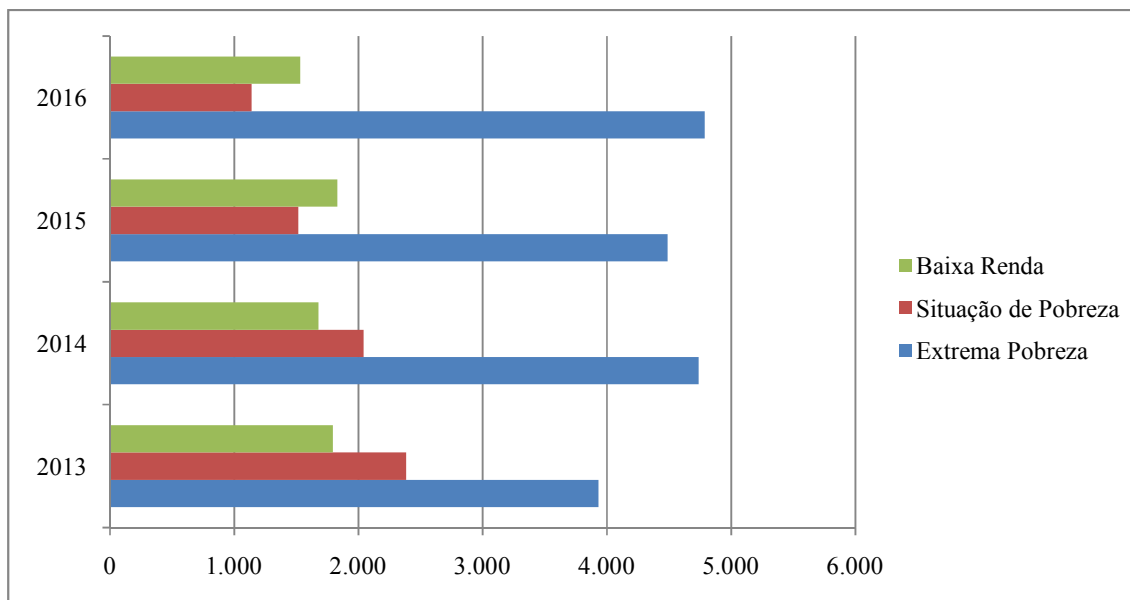
Gráfico 11 – Quantidade de Pessoas Cadastradas por Raça ou Cor no Cadastro Único – Set/2020



Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

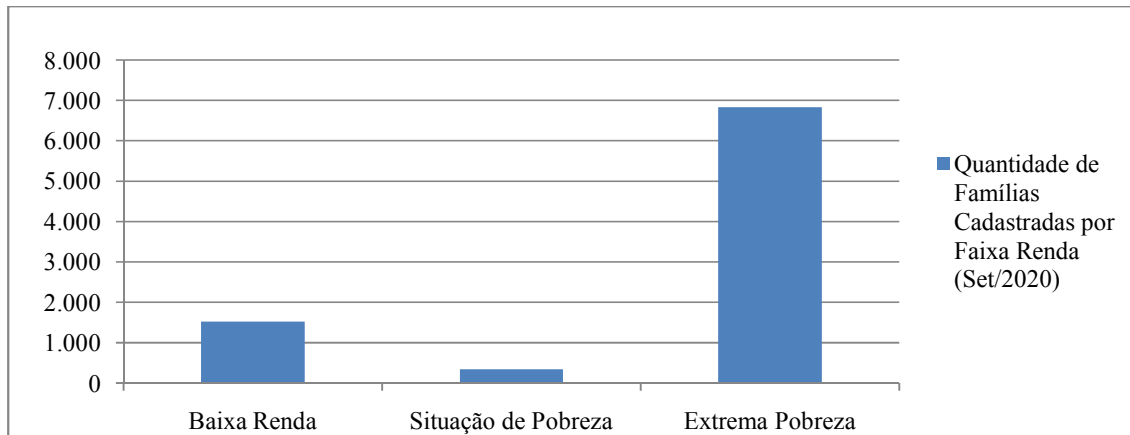
A quantidade de famílias cadastradas por faixa de renda também foram objeto de análise nesta pesquisa, no intuito de complementar as informações acerca do perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF no município de Baturité – CE. Os dados coletados mostram a classificação das famílias de acordo com os parâmetros do Programa para faixa de renda dos beneficiários entre 2013 a 2016 e quanto ao mês de Setembro de 2020 temos que: 6.832 famílias foram classificadas em situação de extrema pobreza, 1.529 em situação de baixa renda e 344 em situação de pobreza, como ilustram os gráficos abaixo.

Gráfico 12 - Quantidade de Famílias Cadastradas por Faixa de Renda no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité - CE



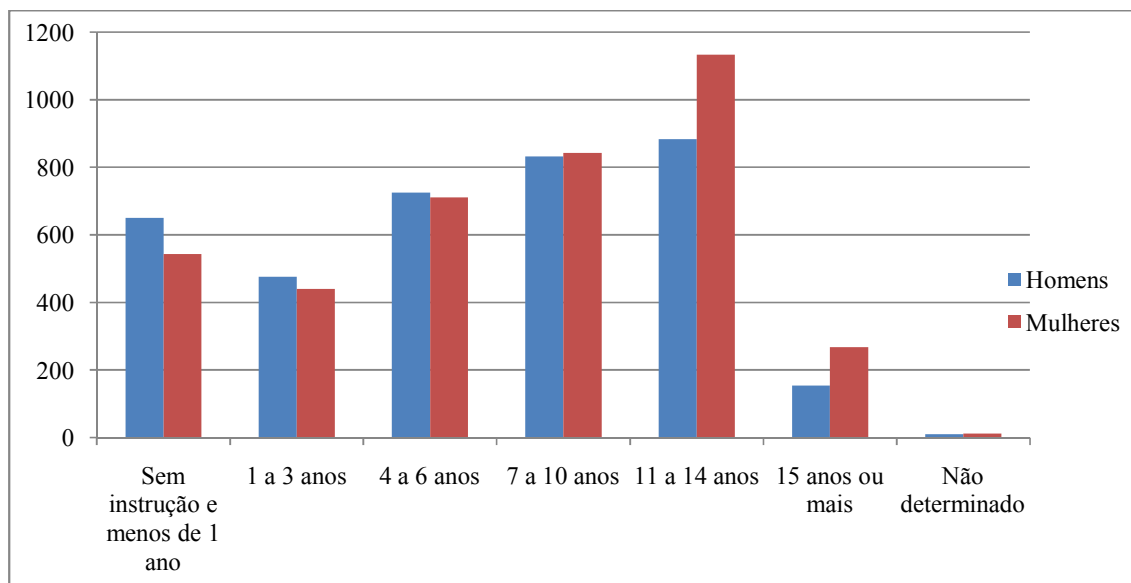
Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

Gráfico 13 – Quantidade de Famílias Cadastradas por Faixa de Renda no Cadastro Único – Set/2020



Fonte: (Ministério da Cidadania MC – Senarc/ Elaborado pela Autora 2021).

Por fim, o último indicador a ser analisado nesta seção são os anos de estudo de pessoas acima de 10 anos de idade no estado do Ceará no ano de 2015 de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2015) realizada pelo IBGE; utilizou-se este indicador do Estado do Ceará por falta de base de dados pertinente a cidade de Baturité – CE. O gráfico 14 nos permite analisar quantos anos as pessoas entrevistadas acima de 10 anos de idade dedicaram aos estudos, nos trazendo assim um possível cenário concernente aos anos de estudos da população na cidade de Baturité – CE.

Gráfico 14 – Anos de Estudo de Pessoas com 10 anos ou mais de idade por sexo no estado do Ceará - 2015

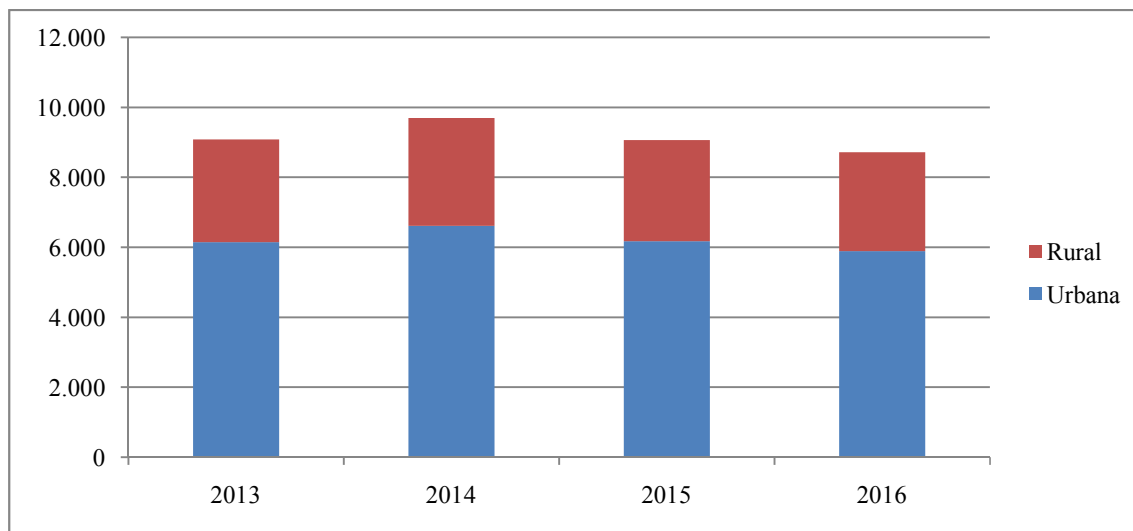
Adaptação/Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

6.2.2 – Classificação das famílias beneficiárias do PBF quanto à situação domiciliar no município de Baturité – CE

Nessa segunda etapa de caracterização do perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF analisaremos a situação domiciliar dos mesmos, a saber: localização; forma de abastecimento de água, luz, escoamento sanitário e coleta de lixo; material utilizado na construção das paredes da residência. Os dados aqui analisados compreendem os anos de 2013 a 2016 e trazem uma correlação com os dados mais atuais referentes ao período de setembro de 2020, mostrando um panorama da realidade das famílias cadastradas no PBF.

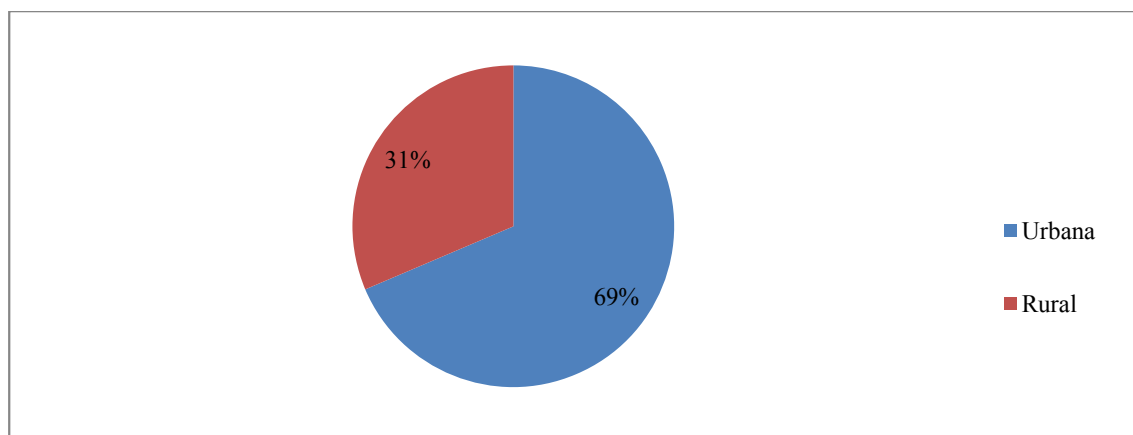
Com relação à localização do domicílio, a quantidade de famílias cadastradas no Cadastro Único durante os anos de 2013 e 2016 mostram que em média 68% das famílias cadastradas residem em área urbana enquanto 32% residem em zona rural. Em setembro de 2020, 7.110 famílias declararam que o domicílio residencial das mesmas localiza-se na área urbana da cidade, o que corresponde a 69% do total para o período em análise e 3.254 famílias declarou morar na zona rural do município, o que corresponde a 31% do total dos cadastros em setembro de 2020. Os gráficos 15 e 16 demonstram as informações acima expressas.

Gráfico 15 - Quantidade de Famílias Cadastradas por Situação do domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE



Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

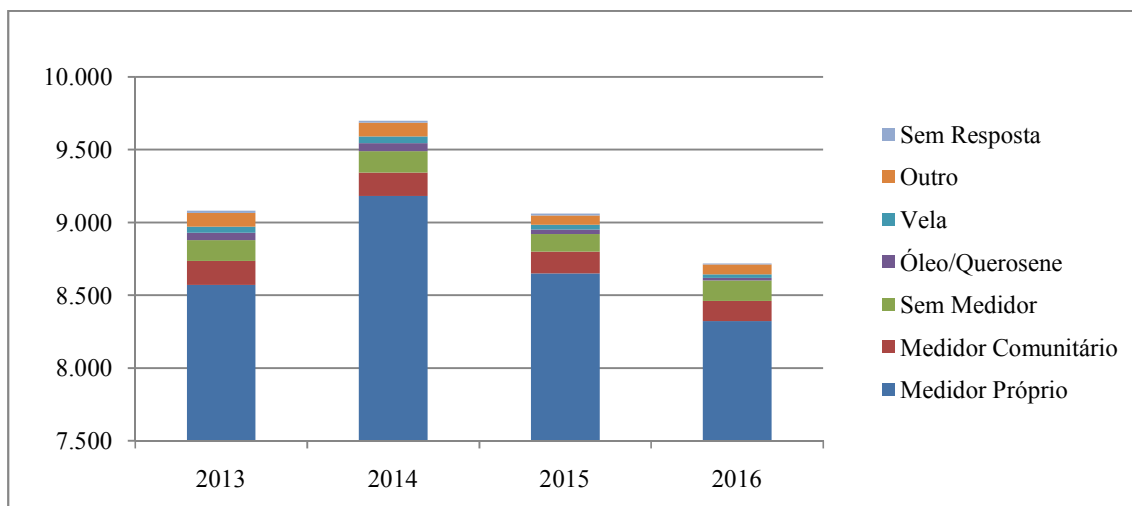
Gráfico 16 – Quantidade de Famílias Cadastradas por Situação do Domicílio – Set/2020



Fonte: (Ministério da Cidadania MC – Senarc/ Elaborado pela Autora 2021).

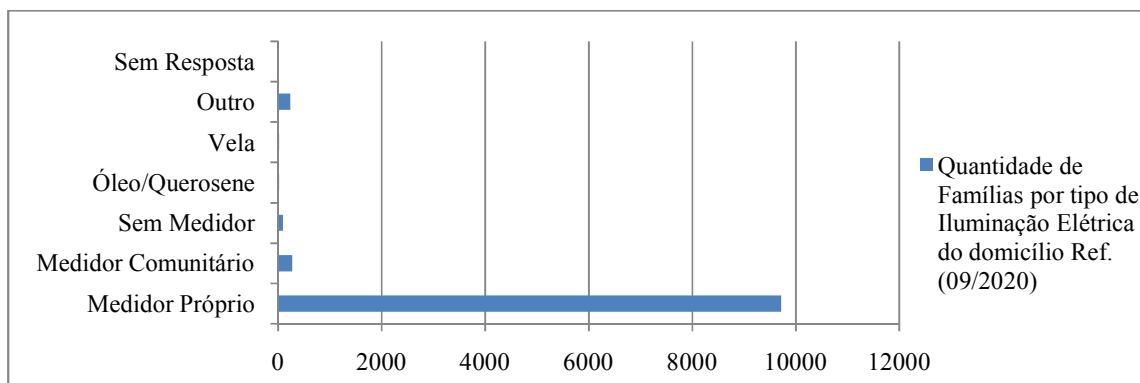
Em relação ao tipo de iluminação elétrica dos domicílios das famílias cadastradas no CadÚnico, entre 2013 a 2016 o Medidor Próprio é o tipo de iluminação com maior predominância entre as famílias cadastradas (95%), todavia outras formas de iluminação também foram elencadas de acordo com as informações fornecidas pelas famílias e registradas na base de dados do governo, tais como: medidor comunitário (1,68%), sem medidor (1,50%), uso de óleo ou querosene (0,42%), vela (0,39%), outro tipo de iluminação (0,88%), sem resposta (0,12%). Esses dados estão ilustrados no gráfico 17. No gráfico 18, por sua vez, compreendem os dados do mês de Setembro de 2020, com resultados semelhantes.

Gráfico 17 - Quantidade de Famílias Cadastradas por Tipo de Iluminação Elétrica do Domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE



Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

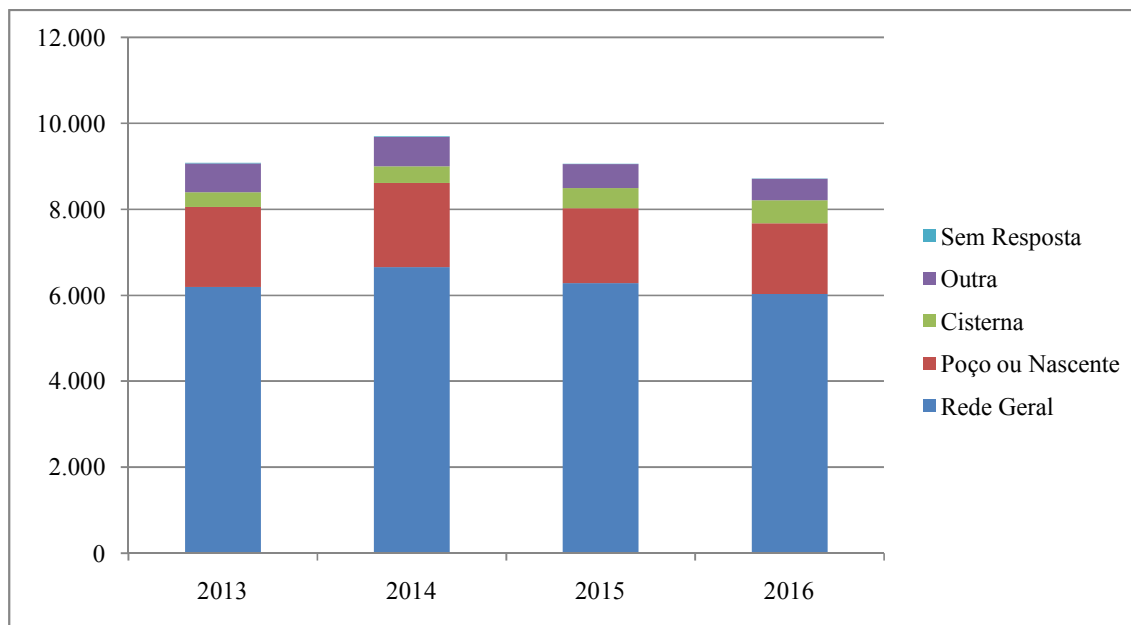
Gráfico 18 – Quantidade de Famílias cadastradas por tipo de iluminação elétrica do domicílio – Set/2020



Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

Sobre o abastecimento de água dos domicílios das famílias cadastradas no CadÚnico, os dados relativos ao período de 2013 a 2016 mostram que a maior parte das famílias tem o abastecimento de água de suas casas advindo da rede geral (68,85%), todavia outras fontes também foram mencionadas pelas famílias com grande expressividade como o uso de água de poço ou nascente (19,69%); cisterna (4,72%) e outras formas de abastecimento (6,57%), e somente 0,13% dos entrevistados não apresentaram nenhuma resposta. O gráfico 19 mostra detalhadamente os dados acima expressos. (MC/Senarc, 2021)

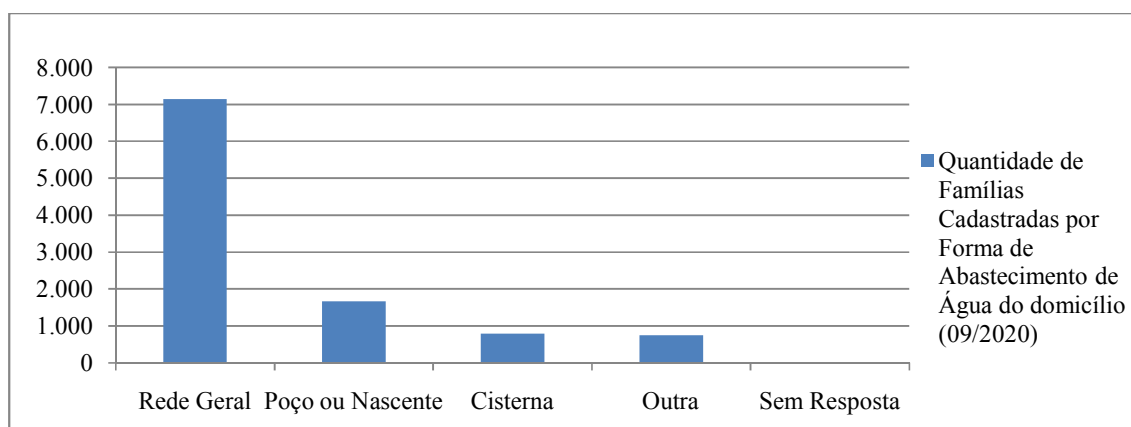
Gráfico 19 - Quantidade de Famílias Cadastradas por forma de abastecimento de água do domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE



Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

Tendo como base desta vez o mês de setembro de 2020, a rede geral é a forma abastecimento de água de maior predominância entre as famílias cadastradas (7.147 famílias), seguido de 1.666 famílias que usam água advinda de poço ou nascente e 792 que tem abastecimento em casa por conta de cisterna; 752 famílias entrevistadas disseram ter outra forma para abastecer com água o domicílio familiar, mas não fora especificada e 11 não apresentaram resposta como mostra o gráfico a seguir.

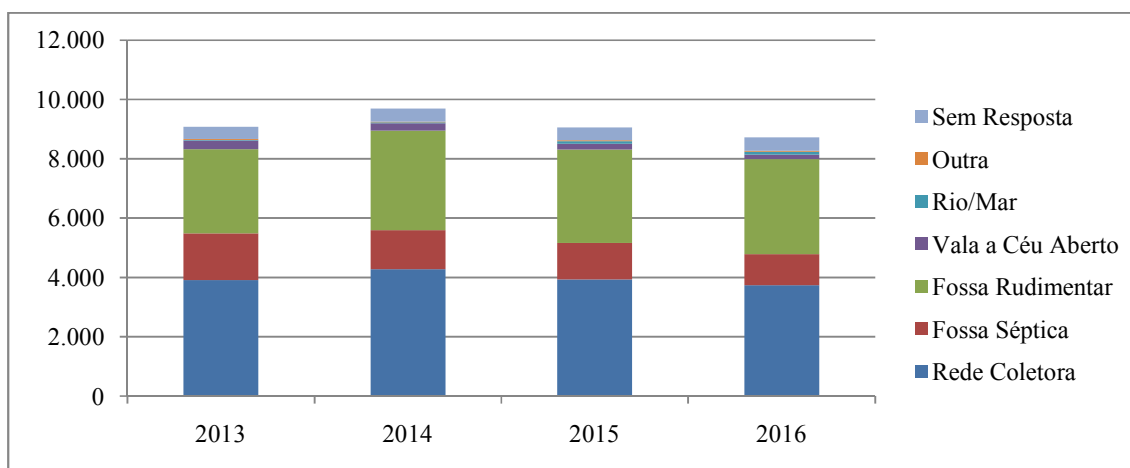
Gráfico 20 – Quantidade de Famílias Cadastradas por Forma de Abastecimento de Água do domicílio – Set/2020



Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

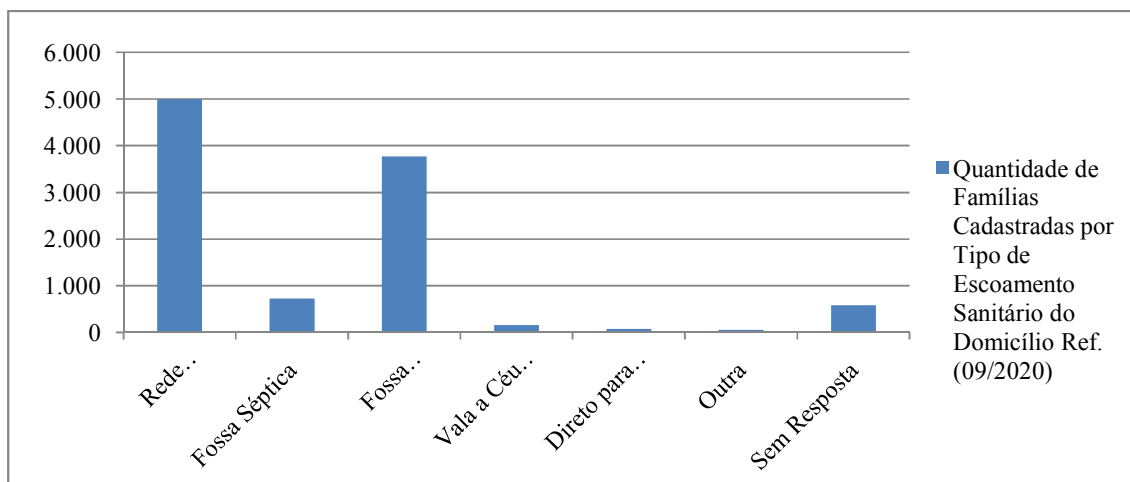
O escoamento sanitário também é um dos requisitos analisados quanto ao domicílio das famílias do PBF, para o qual os resultados mostram que no período de 2013 a 2016, maioria das famílias já tinha acesso à rede coletora de esgoto (43,41%), mas foram apontadas também outras formas de descarte sanitário que as famílias ainda fazem uso como: fossa séptica (14,13%); fossa rudimentar (34,31%); valas a céu aberto (2,42%), descarte nos rios/mar (0,62%) e outras formas não especificadas pelos beneficiários (0,33%); há ainda os que ficaram sem resposta quanto ao escoamento sanitário de seu domicílio familiar (4,77%). O gráficos 21 ilustra os dados acima descritos e o gráfico 22 mostra os dados relativos ao mês de setembro do ano de 2020, respectivamente.

Gráfico 21 - Quantidade de Famílias Cadastradas por Tipo de escoamento sanitário do domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE



Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

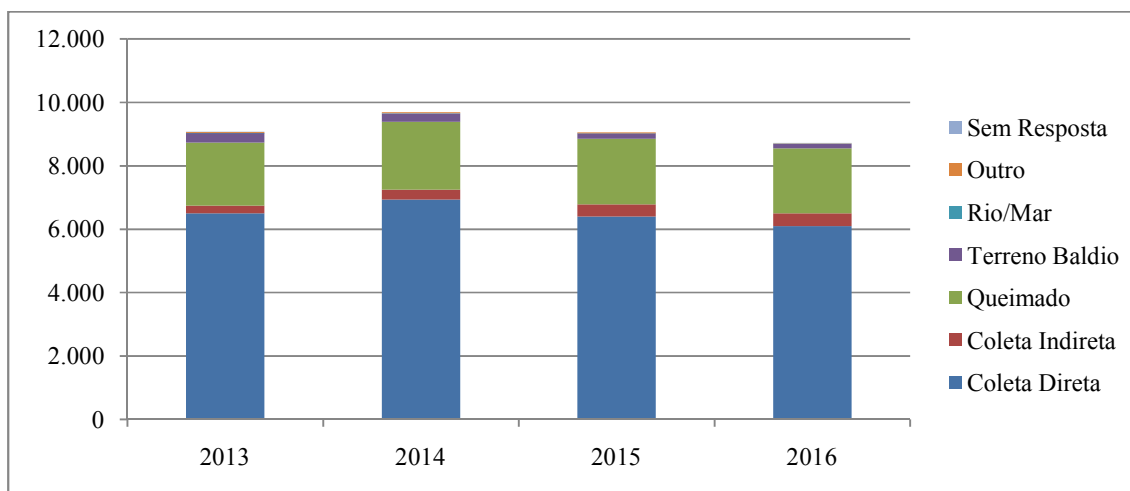
Gráfico 22 – Quantidade de Famílias Cadastradas por tipo de Escoamento Sanitário do Domicílio – Set/2020



Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

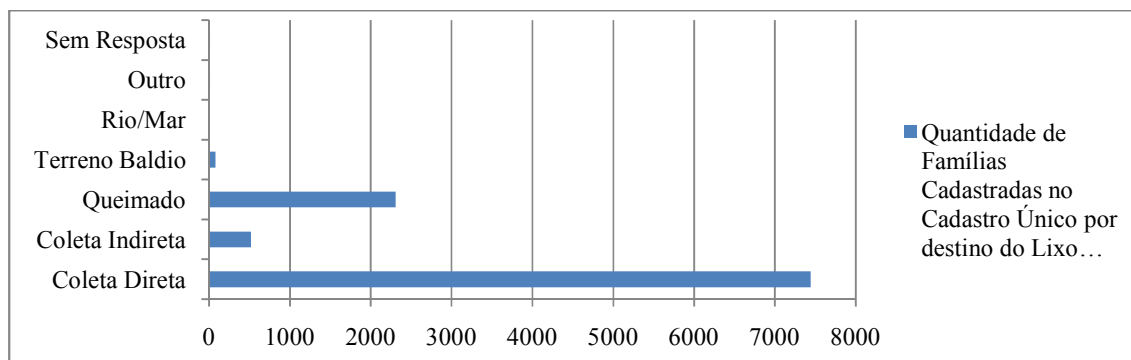
No que tange a coleta de lixo entre os anos de 2013 a 2016 a maioria das famílias afirmou dizer que tem acesso a coleta de lixo, seja ela de forma direta (70,93%) ou indireta (3,67%), queimado (22,58%), jogado em terreno baldio (2,36%), descarte em rio/mar (0,05%), outra forma de coleta (0,26%). Apenas 0,13% não tinham resposta quanto ao descarte do lixo de sua residência, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 23 - Quantidade de Famílias Cadastradas por destino do lixo do domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE



Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

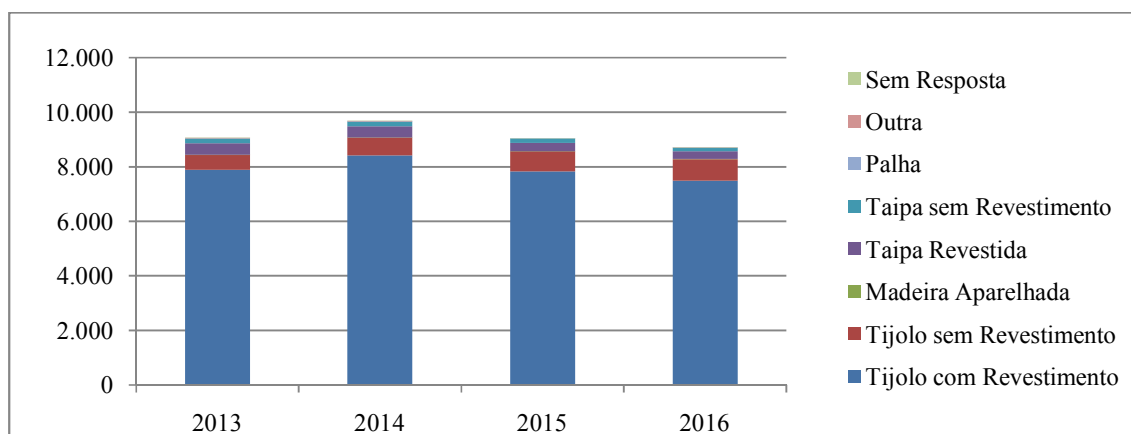
Quanto a análise para o período do mês de Setembro de 2020, as formas de destino do lixo dos domicílios das famílias cadastradas no CadÚnico mostram os dados quanto ao tipo de descarte de lixo que foram mencionados pelas famílias; sendo a coleta direta o tipo com maior abrangência (71,78%), seguido do lixo queimado (22,25%), coleta indireta (4,99%), terreno baldio (0,75%); os tipos sem resposta e outro tipo não especificado fecharam em (0,11%), respectivamente e descarte em rio ou mar (0,02%). No gráfico abaixo, ilustramos a distribuição das informações acima apuradas.

Gráfico 24 – Quantidade de Famílias Cadastradas por destino do Lixo do domicílio – Set/2020

Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021).

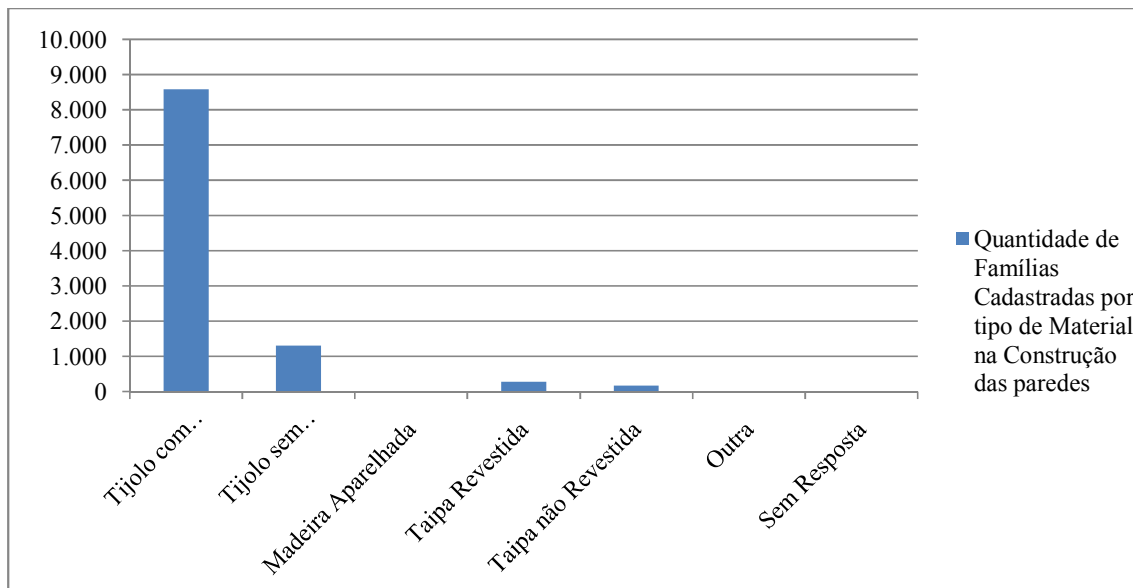
Em relação ao material utilizado na construção das paredes dos domicílios dos beneficiários, entre os anos de 2013-2016, temos que a grande parte das famílias tem casas feitas com tijolo e revestimento (86,49%); seguida de casas feitas com tijolo sem revestimento (7,50%) e as construções de taipa revestida (3,91%) e taipa não revestida (1,75%); madeira aparelhada (0,03%); palha (0,02%), outros tipos de moradia (0,17%) e sem resposta (0,12%) ainda se apresentam. Somente o tipo de moradia feita de madeira aproveitada não foi contabilizada entre os anos de 2013 a 2016.

Já no período de setembro de 2020 os tipos de moradia feito de madeira aproveitada e palha foram totalmente zerados, demonstrando que não existem mais famílias cadastradas no CadÚnico que fazem uso desse tipo de moradia. O gráfico 25 demonstra os dados acima apresentados e o gráfico 26 ilustra os dados referentes ao mês de setembro de 2020 para a mesma variável analisada.

Gráfico 25 - Quantidade de Famílias Cadastradas por tipo de material na construção das paredes do domicílio no Sistema Cadastro Único entre os anos de 2013 a 2016 na cidade de Baturité – CE

Fonte: MC/Senarc – Elaborado pela Autora (2021)

Gráfico 26 – Quantidade de Famílias Cadastradas por tipo de material na construção das paredes do domicílio – Set/2020



Fonte: (Ministério da Cidadania MC – Senarc/ Elaborado pela Autora 2021).

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção buscaremos apresentar e discutir os resultados obtidos através da coleta e do tratamento de dados reunidos para a composição desta pesquisa. Essa ação nos permitirá compreender as variáveis e índices apresentados, demonstrando as principais diferenças que ocorreram nos períodos especificados. Ressaltamos primeiramente que o período compreendido pela pesquisa inicia-se no ano 2004 e finaliza-se no ano de 2020, todavia, no momento da coleta de dados foi constatado que a base de dados contida nas Plataformas digitais não contemplava todos os anos estipulados por esta pesquisa para a coleta precisa das informações, então como forma de sanar esta falha, interpretaremos os dados relativos aos períodos que estiverem com as informações completas, fazendo uma co-relação entre os anos para a melhor compreensão do leitor.

7.1 RESULTADOS DOS DADOS FINANCEIROS DO PBF NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ – CE

Quanto aos resultados obtidos em relação à *quantidade de famílias beneficiárias do PBF* percebe-se que houve um crescimento contínuo no atendimento as famílias. Os dados mostram que entre janeiro a dezembro de 2004 houve um acréscimo de 8,45% na inclusão de famílias no neste ano. Esse índice se mantém em crescimento até o ano de 2006, mas entre alguns intervalos de anos no período da pesquisa há declínios quanto ao atendimento de famílias entre os meses de janeiro a dezembro de cada ano.

No ano de 2020, temos que 6.371 famílias foram contempladas com o benefício no mês de janeiro, e em dezembro há uma pequena queda de (-1,95%) quanto à permanência destas no Programa finalizando o ano de 2020 com 6.247 famílias atendidas. Todavia os dados apresentados deixam claro que o PBF tem alcançado com o passar dos anos muito mais famílias do que no início de sua implementação no município e tendo como base os resultados finais dos anos **2004** e **2020** podemos concluir que houve um aumento em torno de **133%** das famílias alcançadas pelo Programa.

Todavia precisamos esclarecer que no ano de 2020 aconteceu à implementação de um auxílio financeiro por parte do Governo Federal, denominado de Auxílio Emergencial (AE). O Programa Auxílio Emergencial foi instituído pela Lei Nº 13.982 de 2020 e representa uma tentativa de minimização dos efeitos sociais, através de transferências de renda aos indivíduos afetados pelas medidas de restritivas e distanciamento social adotadas com a

finalidade de minorar os índices de contaminação e propagação da Pandemia de Covid-19. (CARDOSO, 2020, p. 1053; OIT, 2020 apud COSTA, 2020, p.970)

Essa explicação se faz necessária uma vez que o AE engloba como pessoas elegíveis ao recebimento do benefício, indivíduos cadastrados na base de dados do Governo através do Cadastro Único, sendo os beneficiários do PBF os principais beneficiários do AE. Na cidade de Baturité um total de 15.014 pessoas foram consideradas elegíveis para o recebimento das parcelas pagas aos beneficiários do AE, distribuídos de acordo com as categorias de pertencimento, como mostra a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Quantidade de Pessoas Elegíveis para o recebimento do Auxílio Emergencial na cidade de Baturité – CE

Pessoas	Quantidade
Bolsa Família	8.681
Cadastro Único	2.822
Aplicativo Caixa	3.508
Total	15.014

*Obs: 3 elegíveis por Decreto Judicial Fonte: MC – Elaborado pela Autora (2021)

Como podemos perceber entre as pessoas elegíveis para a concessão do Auxílio Emergencial existem três tipos de públicos: pessoas cadastradas no Cadastro Único e não beneficiárias do PBF; pessoas cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do PBF e outras que por meio de autodeclaração através do Aplicativo Caixa Tem enquadraram-se nos parâmetros definido pelo AE.

Com relação ao *Valor do Benefício Médio* temos que de uma forma geral o valor tem crescido ao longo dos anos como é ilustrado através do **gráfico 4**. Mas através de uma análise minuciosa percebe-se que entre os meses de janeiro a dezembro de 2004 houve um pequeno decréscimo quanto ao valor médio de recebimento pelas famílias representando uma queda de -1,22% e no ano de 2020 essa queda se torna ainda mais expressiva, pois entre janeiro e dezembro do mesmo os valores sofreram uma diminuição de -92,11%, (devido às parcelas pagas ao público do BF dentro do AE). Portanto a Tabela 2 abaixo mostra como ficou a distribuição dos benefícios do PBF no ano de 2020.

Tabela 2 – Valor do Benefício Médio (R\$ Valores Nominais) no Ano de 2020

Período	Valor
Janeiro	R\$ 172,04
Fevereiro	R\$ 171,94
Março	R\$ 173,60
Abril	R\$ 3,73
Maio	R\$ 3,79
Junho	R\$ 3,57
Julho	R\$ 3,76
Agosto	R\$ 3,66
Setembro	R\$ 11,82
Outubro	R\$ 12,61
Novembro	R\$ 12,98
Dezembro	R\$ 13,57

Fonte: MC – Senarc/ Elaborado pela Autora (2021)

Por se tratar de uma particularidade do ano de 2020 e não haver uma clara especificação da quantia repassada aos beneficiários do PBF pelo AE não faremos uma comparação entre os meses finais de 2004 e 2020, pois não há para mensurar com clareza o valor médio equivalente ao benefício do PBF.

Em relação aos *Valores Totais Repassados* durante os anos de 2004 a 2020, o aumento no valor dos repasses também é percebido ao longo dos anos. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2004 esse aumento registra o valor de 7,14% e gradativamente é observado até o ano de 2012. Somente os anos 2013 e 2015 registram quedas entre os meses iniciais e finais e em relação aos demais anos em ordem crescente. O ano de 2020 por conta do repasse feito pelo AE às famílias beneficiárias do PBF foi registrado uma abrupta queda quanto ao repasse anual dos benefícios que será ilustrada pela Tabela 3.

Tabela 3 – Valor Total Repassados (R\$ Valores Nominais) no Ano de 2020

Período	Valores Repassados (R\$)
Janeiro	R\$ 1.096.091,00
Fevereiro	R\$ 1.094.367,00
Março	R\$ 1.082.247,00
Abril	R\$ 23.318,00
Maio	R\$ 23.708,00
Junho	R\$ 22.336,00
Julho	R\$ 23.529,00
Agosto	R\$ 22.852,00
Setembro	R\$ 73.844,00
Outubro	R\$ 78.800,00
Novembro	R\$ 81.066,00
Dezembro	R\$ 84.801,00

Fonte: Ministério da Cidadania MC – Senarc/ Elaborado pela Autora 2021

As tabelas 4 e 5 mostram a distribuição dos valores totais nominais do AE na cidade de Baturité – CE, como forma de complementar o entendimento em relação a queda abrupta apresentada na Tabela 3 quanto ao valor dos repasses totais mensais para o ano de 2020. Ressaltamos que não faremos uma comparação entre os anos de 2004 e 2020 por conta das especificidades e correlação criada entre os dois programas excepcionalmente no ano de 2020.

Tabela 4 - Valores Totais Nominais (R\$) do AE na cidade de Baturité – CE Abril a Agosto de 2020

Mês	Pessoas Elegíveis	Valor Nominal (R\$)
Abril	14.968	R\$10.681.200,00
Maio	14.942	R\$10.665.600,00
Junho	14.734	R\$10.530.000,00
Julho	14.699	R\$10.507.200,00
Agosto	14.547	R\$10.416.600,00
Total	*	R\$52.800.600,00

*Obs: Pessoas Elegíveis ao recebimento do Auxílio Emergencial em cada parcela. A soma total de pessoas elegíveis em cada parcela difere do total geral de pessoas pois no público Bolsa Família existem registros de ingressos no auxílio posteriores a primeira parcela (Abril/2020)

Fonte: Adaptado de MC (2021)

Tabela 5 -Valores Totais Nominais (R\$) do AE na cidade de Baturité – CE – Setembro a Dezembro de 2020

Mês	Pessoas Elegíveis	Valor Nominal (R\$)
Setembro	12.466	R\$3.555.275,00
Outubro	12.913	R\$3.692.145,00
Novembro	13.172	R\$3.771.653,00
Dezembro	13.122	R\$3.751.499,00
Total	*	R\$14.770.572,00

*Obs: Pessoas Elegíveis ao recebimento da extensão do Auxílio Emergencial em cada competência.

Fonte: Adaptado de MC (2021)

7.2 RESULTADOS DAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E DOMICILIAR DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF EM BATURITÉ – CE

Nesta seção interpretaremos os dados relativos às variáveis coletadas a respeito do perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF na cidade de Baturité – CE. Ressaltamos que os resultados têm como base os anos 2013 a 2016, pois dentre o período estipulado pela pesquisa foram os anos que estavam com as informações completas e precisas nas plataformas digitais do Governo, permitindo assim uma análise mais coerente a respeito do perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF.

As variáveis relativas ao perfil socioeconômico a serem analisadas compõem: sexo, faixa etária, raça/cor, faixa de renda e anos de estudo dos beneficiários. Com relação ao

domicílio dos mesmos as variáveis são: situação do domicílio quanto a localização; acesso a iluminação, água, esgoto e coleta de lixo e por fim o tipo de material que compõem a construção das paredes do domicílio. Essas informações também são importantes em estudos sobre pobreza, pois de acordo com Haughton e Khander (2009 apud SOUZA; COUTO, 2015, p.49) é interessante investigar o tipo de moradia e as características do domicílio do público analisado. Estes aspectos são fundamentais para a análise das condições de vida dos beneficiários, bem como a qualidade de vida dos mesmos e o bem-estar das famílias. (COUTO, 2014 apud SOUZA; COUTO, 2015, p.49)

7.2.1 – Resultados da classificação do perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF em Baturité – CE

O primeiro resultado aqui elencado diz respeito ao **sexo dos beneficiários** em relação aos cadastros efetuados no Sistema Cadastro Único no município de Baturité – CE. Os dados mostram que as mulheres são o sexo com maior índice de cadastros efetuados na base de dados do CadÚnico entre os anos de 2013 a 2016, mantendo a constância de em média 55% do total das pessoas cadastradas por sexo e 45% dos cadastros é relativo ao sexo masculino. Quanto ao ano de 2020 os resultados mantêm a mesma constância com uma leve alteração dos resultados, conforme o gráfico 7, mostrando que 56% dos cadastros são de mulheres e 44% são de homens. Esse resultado confirma a preferência do PBF em relação ao alcance de mulheres como beneficiárias do Programa. (SOUZA; COUTO 2015, p. 52)

Em relação à **faixa etária das pessoas beneficiárias**, entre os anos de 2013 a 2016 mostram que a média de participação nos cadastros com maior participação é das idades compreendidas entre 7 a 15 anos (19,72%) e a menor participação se dá na faixa de 60 a 64 anos de idade (2,99%). Em comparação ao ano de 2020 os resultados mantêm-se nos mesmos parâmetros com uma leve mudança nos índices: entre 7 a 15 anos compreendem 17,60% dos cadastros e entre 60 a 64 anos compreende 2,88%. Esses resultados nos permitem interpretar o maior alcance do Programa a crianças e adolescentes em idade escolar e menor alcance em faixas etárias de idosos que possivelmente recebem algum tipo de aposentadoria ou benefício.

Quanto à **raça/cor dos beneficiários** entre os anos de 2013 a 2016, a cor parda é a mais apontada pelas pessoas cadastradas no CadÚnico, com uma média de 81,22%. A raça indígena é a que menos possui inscritos com uma média de participação de 0,03% nos cadastros. Esses resultados são semelhantes quanto ao ano de 2020. Os resultados em relação à cor/raça na cidade de Baturité – CE é um reflexo da composição da população brasileira,

pois de acordo com a PNAD (2019): 46,8% dos brasileiros se consideram pardos; 42,7% se denominam brancos, 9,4% se identificam como pretos e apenas 1,1% da população se autodeclararam amarelos ou indígenas.

Quanto a **faixa de renda** das famílias inseridas no CadÚnico temos que entre os anos de 2013 a 2016 a quantidade média de famílias consideradas em situação de extrema pobreza era de 56,5%, ou seja, mais da metade das famílias cadastradas; em situação de pobreza a média se dava em torno de 22,04% e as famílias consideradas de baixa renda totalizaram uma média de 21,46%. Esses resultados se comparados ao mês de setembro de 2020 mostram uma grande diferença referente às definições das famílias em relação à renda onde: 78,48% são consideradas em situação de extrema pobreza; 3,95% em situação de pobreza e 17,56% em situação de baixa renda. Portanto essas classificações nos permitem deduzir que houve uma piora nas condições das pessoas cadastradas, passando-as para a situação de extrema pobreza, já que essa atualmente é 1/3 de todas as famílias cadastradas no Cadastro Único, diferentemente dos dados apresentados no intervalo entre os anos de 2013 a 2016.

Como última variável temos os **anos de estudo das pessoas beneficiárias do PBF** cadastradas no CadÚnico. Infelizmente por falta de dados disponíveis nas plataformas digitais do Governo, não foi possível encontrar os dados referentes ao grau de instrução dos beneficiários na cidade de Baturité – CE. Todavia, apenas para fins de conferência e de dimensionamento de um possível cenário, trataremos os dados apresentados no gráfico 14. Os dados nos afirmam que entre as pessoas sem instrução com menos de 01 ano de estudo, a maioria são homens; bem como nas faixas de anos de estudo de 1 a 3 anos e 4 a 6 anos. Já em relação aos anos dedicados aos estudos as faixas compreendidas entre 7 a 10 anos os dados se mostram semelhantes entre os gêneros, com uma pequena variação; já entre os anos de 11 a 14 anos e até 15 anos ou mais, as mulheres tem um maior índice de anos dedicados aos estudos, em comparação à quantidade de anos estudados dos homens.

7.2.2 – Resultado da Classificação das famílias beneficiárias do PBF quanto à situação domiciliar no município de Baturité – CE

Nesta seção elucidaremos as variáveis referentes à **situação do domicílio** das famílias cadastradas no Sistema Cadastro Único. Em relação à localização do domicílio entre os anos de 2013 a 2016, 67,89% das famílias residem na área urbana e 32,11% residem na zona rural do município. No ano de 2020 os resultados se assemelham aos dados acima

expostos totalizando 69% da população residente em área urbana e 31% em zona rural da cidade.

Quanto à **iluminação elétrica** dos domicílios temos que a média entre os anos 2013 a 2016 mostra que 95% das residências possuem medidor próprio, sendo os demais tipos de iluminação como: medidor comunitário (1,68%), sem medidor (1,50%), uso de óleo ou querosene (0,42%), uso de vela (0,39%), outro tipo de iluminação (0,88%) e sem resposta (0,12%). Comparando esses dados apresentados em relação ao mês de setembro de 2020, temos que 93,74% dos domicílios são iluminados através do medidor próprio residencial, houve um aumento de 0,97% quanto ao uso de medidores comunitários e de 1,38% em relação a outras formas de iluminação. Quanto às formas de iluminação sem medidor próprio tiveram uma queda em torno de (-0,61%), uso de óleo ou querosene de (-0,24%) e o uso de vela (-0,22%). Portanto podemos deduzir que houve uma melhora significativa quanto à melhoria do acesso a iluminação elétrica por parte das famílias cadastradas.

No que tange ao **abastecimento de água** entre 2013 a 2016 temos que 68,85% dos domicílios das famílias possuem acesso a água através da rede geral de abastecimento. Outras formas de abastecimento também foram citadas com destaque para as famílias que utilizam poço ou nascente (19,69%) e cisternas (4,72%), outra forma não especificada (6,57%) e sem resposta (0,13%); esses dados sinalizam que somando as 3 principais formas de abastecimento de água para as famílias (rede geral, poços/nascentes e cisternas), temos que estas hoje estão acobertadas em pelo menos 93,26%. Comparando ao mês de setembro de 2020, temos que 68,93% das famílias têm acesso a água por meio da rede geral de abastecimento; 16,07% por meio de poço ou nascente; 7,64% fazem o uso de cisternas; 7,25% usam outras formas não especificadas e apenas 0,11% não responderam a este questionamento. Portanto podemos interpretar que o principal acesso de água nos domicílios das famílias cadastradas no Cadastro Único é por meio da Rede Geral de abastecimento, todavia outras formas também foram mencionadas pelas famílias, com destaque para o uso de poços/nascentes e cisternas. Em 2018 o ainda Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) repassou para o estado do Ceará o valor de R\$ 68,5 milhões de reais para a construção de cisternas no estado do Ceará, beneficiando assim, mais de 21 mil famílias; certamente a cidade de Baturité fora alcançada por esta política pública, aumentando assim o número de cisternas.

No que diz respeito ao **escoamento sanitário dos domicílios** temos que no período compreendido entre os anos de 2013 a 2016: 43,41% das famílias utilizavam a rede coletora de esgoto, o uso de fossas rudimentares (34,31%) e de fossas sépticas (14,13%)

também se apresentava com bastante expressão, todavia existiam demais formas também elencadas pelas famílias como: valas a céu aberto (2,42%), descarte em rio ou mar (0,62%), outras formas de escoamento não identificadas (0,33%) e sem resposta (4,77%). Quando comparamos esses resultados ao período de setembro de 2020 podemos concluir que houve um aumento significativo (4,78%) quanto ao acesso de famílias à rede coletora e ao uso de fossas rudimentares (2,07%); quanto ao descarte em rio/mar, outro tipo não especificados e casos em que não houve resposta também tiveram acréscimos de 0,14%; 0,19% e 0,82%, respectivamente. O uso de fossas sépticas fora reduzido pela metade chegando ao valor de 7,05% em 2020 e o descartes sanitários feitos em valas a céu aberto finalizaram em 1,50%. O tratamento destes dados nos permite concluir que houve uma significativa melhora quanto ao acesso das famílias à rede de escoamento sanitário na cidade, porém com o desafio de reduzir o descarte em rio/mar e as pessoas que não souberam como se realiza a coleta dos dejetos sanitários de suas residências.

Quanto ao **destino do lixo dos domicílios** temos que no período de 2013 a 2016 a coleta direta e o lixo queimado foram os tipos de destino do lixo mais mencionados pelas famílias cadastradas no sistema, com os valores de 70,93% e 22,58%, respectivamente. Os destinos coleta indireta (3,67%), jogado em terreno baldio (2,36%), descarte em rio/mar (0,05%), outras formas não especificadas (0,26%) e sem resposta (0,13%), também foram expressos, mas com um índice bem menor de utilização. Quando esses dados são comparados com o período de setembro de 2020, temos a coleta direta e a queima de lixo continua sendo as principais formas de destino do lixo residencial das famílias, mantendo a média dos valores do período anterior analisado. Nas demais formas essa constância nos valores permanece, com exceção para a redução do descarte em terrenos baldios em 0,75% e outro destino não especificado que findou em 0,11% entre todos os cadastros.

E por fim quanto ao tipo de **material utilizado na construção dos domicílios** das famílias no período de 2013 a 2016 temos que 86,49% das casas foram construídas com tijolo e revestimento; 7,50% com tijolo sem revestimento, 3,91% são de taipa revestida e 1,75% de taipa sem revestimento. As demais formas como madeira aparelhada, palha, outros tipos não especificados e sem respostas tiveram poucos cadastros a respeito da moradia das famílias, com valores 0,03%; 0,02; 0,17% e 0,12%, respectivamente. Na comparação com o mês de setembro de 2020, temos que as casas feitas com tijolo e revestimento são a maioria entre os cadastros no sistema, no entanto houve uma pequena queda em relação à média apresentada anteriormente entre os anos de 2013 e 2016, ficando o valor atual em 82,79% das residências.

As casas feitas com tijolo e sem revestimento aumentaram em relação ao período anterior analisado em torno de 5,11%; as casas de taipa revestida e não revestida tiveram um decréscimo de (-1,16%) e (-0,06), respectivamente. Os tipos madeira aparelhada e outra não especificada e sem resposta apresentaram valores de 0,02% e 0,03%, 0,11%, respectivamente. O material palha e madeira aproveitada foram totalmente banidas das construções das casas no período de setembro de 2020. Portanto podemos ver uma evolução favorável quanto o material das residências dos beneficiários, pois mais famílias tiveram acesso a casas feitas com tijolos e outras deixaram de morar em residências feitas de taipa revestida e não revestida e os tipos madeira aproveitada e palha foram literalmente excluídas da vida das famílias do CadÚnico.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar composição do perfil socioeconômico das famílias inseridas no Programa Bolsa Família na cidade de Baturité entre os anos de 2004 a 2020. Para tanto além de analisarmos as variáveis relativas a sexo, cor/raça, idade, escolaridade e faixa de renda das pessoas e famílias beneficiárias do PBF, se fez necessário analisar também as condições domiciliares destas pessoas e perceber as principais diferenças durante os anos compreendidos pela pesquisa.

A primeira dificuldade encontrada para a coleta de dados se deu por conta do atual momento em que vivemos (Pandemia de Covid-19), que impediu o contato direto com as pessoas e órgãos representativos do PBF na cidade de Baturité. Essa dificuldade foi parcialmente sanada quando resolvemos utilizar os dados disponíveis nas plataformas governamentais, tais como Vis Data, Relatório de Informações Sociais e as Aplicações Bolsa Família e Cadastro Único do seu município. Porém quando começamos o processo de captação dos dados não havia dados completos para o período compreendido por esta pesquisa. Os dados de 2004 a 2020 se davam apenas no caráter financeiro do Programa. Então delimitamos que os dados financeiros seriam analisados dentro do intervalo acima citado e as demais variáveis seriam analisadas pelos índices que estivessem com informações completas e precisas.

Verificou-se que os anos de 2013 a 2016 eram os anos que comportavam as informações que precisávamos para traçar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF, comparando com o relatório mais atual disponível nas plataformas que é do mês de Setembro de 2020. Ressalvamos que ao tratar dos dados e dos resultados encontrados, a base que reúne todas as informações sociais de pessoas beneficiárias ou não do PBF é o Cadastro Único, e infelizmente não existe uma base de dados específica do PBF quanto a análise do perfil socioeconômico e domiciliar de seus beneficiários, somente em relação a dados financeiros e populações específicas.

Nessa primeira etapa, podemos concluir que de acordo com os dados apresentados pela pesquisa, em relação ao sexo dos beneficiários as mulheres são o grupo com maior representatividade na base de dados do Cadastro Único do município. A cor parda é a identificação com maior indicação por parte dos beneficiários no ato do cadastro e suas respectivas atualizações. A faixa etária com maior representatividade é a de pessoas com idade de 7 a 15 anos e com menor alcance a faixa etária entre 60 a 64 anos.

Com relação à renda, as famílias em extrema pobreza são o tipo com maior número de cadastros realizados, com mais de seis mil famílias atendidas e quanto aos anos de dedicação ao estudo, infelizmente não encontramos dados disponíveis nas Plataformas Sociais do Cadastro Único, tendo que recorrer a PNAD (2015) do estado do Ceará para preencher esse item de identificação do perfil socioeconômico das pessoas beneficiárias do PBF através de um cenário hipotético dos anos de estudo de pessoas acima de 10 anos no estado do Ceará, ano 2015. Percebemos, portanto que os homens são os que menos avançam em relação aos anos de estudo em comparação as mulheres, permanecendo em ascensão até a faixa de 4 a 6 anos de estudos. A faixa compreendida de 7 a 10 anos de estudo tem uma pequena variação entre os gêneros. Já as mulheres são o grupo que conseguem atingir mais anos de dedicação aos estudos em comparação com os homens, chegando até as faixas de 11 a 14 anos e 15 anos ou mais de estudos.

Na etapa de análise em relação à situação dos domicílios das famílias na cidade de Baturité – CE cadastradas no CadÚnico, a localização com maior número de famílias residentes nos períodos analisados é a urbana; o tipo de abastecimento de água dos domicílios em sua grande maioria é realizado através da rede geral de abastecimento; o tipo de iluminação elétrica que se destaca é o uso de medidor próprio; o tipo de escoamento sanitário com maior menção é rede coletora de esgoto e em relação ao destino do lixo das famílias o mais apontado é através da coleta direta. O material utilizado na construção das paredes do domicílio com maior relevância entre as famílias são construções com uso de tijolo e revestimento das paredes.

A pesquisa bibliográfica utilizada permitiu que conseguíssemos a base teórica fundamental para alicerçar este trabalho. Pois através das contribuições destes autores podemos construir um texto rico em informações precisas, traçando um histórico coerente a respeito do que são políticas públicas; como surgiram as políticas sociais no Brasil; o que de fato é o Programa Bolsa Família; qual a relação desse Programa com o Auxílio Emergencial, dentre tantos outros conhecimentos aqui elencados.

Concluimos, portanto afirmando que o objetivo geral e específicos deste trabalho, bem como sua problemática e hipótese foram alcançados, pois conseguimos formalizar e identificar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF na cidade de Baturité, através da base de dados do Cadastro Único, que reúne os dados que precisávamos para conhecer quem são essas pessoas/famílias dentro deste programa de assistência social e transferência de renda e perceber os avanços conquistados ao longo dos anos, bem como os desafios a serem superados em sua realidade social. As ressalvas que fazemos são devido à

falta de informações completas e precisas dos anos 2004 a 2020 abarcados por esta pesquisa. Tivemos também que introduzir um assunto atual para fins de compreensão dos dados, que são os dados do Programa Auxílio Emergencial que trouxe algumas mudanças para as políticas de proteção social no Brasil no ano de 2020, bem como em relação aos pagamentos efetuados as famílias por meio do PBF.

Finalizamos com o intuito de que esta pesquisa seja norteadora para outros pesquisadores que desejem trabalhar Políticas Públicas, Políticas Públicas Sociais, Assistência Social, Proteção e Desigualdades Sociais e Programas de Transferência de Renda com é o caso do Programa Bolsa Família e que estas possam contribuir com a sociedade enquanto ciência e conhecimento produzido na vida acadêmica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Cidadania (MC). **Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- _____. Ministério da Cidadania (MC). **Dados do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/dados>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- _____. Ministério da Cidadania (MC). **Bolsa Família e Cadastro Único do seu município**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- _____. Ministério da Cidadania (MC). **Sistema Vis Data – Painel de Monitoramento**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- _____. Ministério da Cidadania (MC). **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- _____. Ministério da Saúde (MS). **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- _____. Ministério da Saúde (MS). **Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/#fev2020>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- _____. Ministério da Cidadania (MC). **Auxílio Emergencial**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=230210&aM=0#auxilioemergencial>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- _____. Ministério da Cidadania (MC). **Cadastro Único**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=230210&aM=0#cadastrounico>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- _____. Ministério da Cidadania (MC). **Programa Cisternas investe R\$ 68,5 milhões no Ceará**. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/maio/programa-cisternas-investe-r-68-5-milhoes-no-ceara>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- ANDRADE et. al. O estudo de caso como método de pesquisa em enfermagem: Uma revisão integrativa. Florianópolis: **Texto Contexto Enferm**. vol. 26. n.4 2017; DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017005360016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n4/0104-0707-tce-26-04-e5360016.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 54 (4), p.1052-1063, jul-ago.2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200267>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-1052.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira et. al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, vol.15, nº 2, p. 333-355 Novembro, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200003>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200003>. Acesso em: 05 fev. 2021

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 54 (4). p. 969-978, jul-ago.2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-969.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021

EDUCA IBGE. **Cor ou Raça**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 09 abr. 2021

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 120. Série Educação à distância.

GODINHO, Isabel Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. *In: O Serviço Social e o Desenvolvimento. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – IPEA Code 2011*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=sobre>. Acesso em: 27 Mar. 2021

LAJÚS, Maria Luíza de Souza. A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Cadernos do CEOM**, Ano 22, Nº 30 – Políticas Públicas: Memórias e Experiências. p.165-178 Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/456>. Acesso em: 05 fev. 2021

MARTINS, Everton. Citação de citação segundo as regras ABNT: acabe com suas dúvidas!. **Blog PPEC**, Campinas, v.4, n.1, abr. 2018. ISSN 2526-9429. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/blog/index.php/2018/04/15/citacao/>. Acesso em: 19 abr. 2021

MUZZI, Débora. Tipologia de Políticas Públicas: Uma proposta de extensão do modelo de Lowi. ISG – **Escola de Gestão**: Lisboa – 2014. p.1-189. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7097/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_D%C3%A9bora_Muzzi.pdf Acesso em: 19 Mar. 2021

PAIVA, Luis Henrique et. al. Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v.54 n.4, p. 1097-1110, jul-ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200243>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-1097.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021

PORTAL CIDADES. **Baturité**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/baturite/panorama>. Acesso em: 27 mar. 2021

ROCHA, Sonia. O programa Bolsa Família: Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.20, n.1 (41), p.113-139, abril.2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182011000100005>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n1/v20n1a05.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: **Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Editora Cengage Learning, Ano 2010.

SIBIUNI. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da Unilab** - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. - Acarape, CE, p. 49, 2020. Acesso em: 05. fev. 20221

SISTEMA SIDRA. **Taxa de Escolarização por sexo e grupo de idade do Estado do Ceará – 2019**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7138> Acesso em: 27 Mar. 2021

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p.20-45, jul/dez.2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 05 fev. 2021

SOUZA, Thais Andrea Araújo de; COUTO, Ana Cristina Lima. Programa Bolsa Família: características e perfil da pobreza entre os beneficiários nos estados do Paraná e Bahia. **Informe Gepec**: Toledo, v.19, n.2, p.41-56, jul/dez 2015. DOI: DOI: <https://doi.org/10.48075/igepec.v19i2.12615>. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/12615>. Acesso em: 05 fev. 2021

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

UFC. Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará. **Biblioteca Universitária**. Ano 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2015/08/guia-normalizacao-trabalhos-ufc-2013.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021

VAITSMAN; ANDRADE E FARIAS. Proteção Social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 14 n.3. P. 731-741, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/09.pdf> Acesso em: 19 fev. 2021